

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Júlia Martins de Oliveira

**Contra-hegemonia na *Revista Cult*: uma análise do *dossiê*
“Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro” (2024)**

Mariana

2026

Júlia Martins de Oliveira

Contra-hegemonia na Revista *Cult*: uma análise do *dossiê* “Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro” (2024)

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Jornalismo da
Universidade Federal de Ouro Preto,
como pré-requisito para obtenção de
grau de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Hila Rodrigues

Mariana

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

- O48c Oliveira, Julia Martins De.
Contra-hegemonia na Revista Cult [manuscrito]: uma análise do dossiê
"Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro" (2024). / Julia Martins
De Oliveira. - 2026.
51 f.: il.: color..
- Orientadora: Profa. Dra. Hila Rodrigues.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .
1. Documentação. 2. Hegemonia. 3. Neoliberalismo. 4. Sofrimento. 5.
Cult (Revista). I. Rodrigues, Hila. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU 070(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário - CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlia Martins de Oliveira

Contra hegemonia na Revista Cult: uma análise do dossiê “Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro” (2024)

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel

Aprovada em 06 de março de 2026

Membros da banca

Prof.(a) Dr(a). Hila Bernardete Silva Rodrigues - Orientador(a) - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof.(a) Dr(a). Cláudio Rodrigues Coração - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof.(a) Dr. Leandro Silva Lopes - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Hila Bernardete Silva Rodrigues, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/06/2026



Documento assinado eletronicamente por **Hila Bernardete Silva Rodrigues, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/06/2026, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1129168** e o código CRC **862E9B26**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.007006/2026-42

SEI nº 1129168

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3558-2275 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Escrever um Trabalho de Conclusão de Curso é conciliar os interesses pessoais com rigores acadêmicos, conectando inquietações e curiosidades. É pensar, problematizar, buscar referências, concluir e ao mesmo tempo, não acabar. Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino público e de qualidade que me deu a oportunidade de encarar esse desafio.

Agradeço aos professores do curso de Jornalismo, que ao longo da graduação me inspiraram. Sou grata pelas aulas, pelas referências culturais e pelas críticas compartilhadas, que com certeza, serão fundamentais para o exercício ético da profissão.

Em especial, agradeço à minha querida professora e orientadora, Hila Rodrigues, referência para mim. Desde o momento que escolhi o meu tema, sabia que ela seria a melhor pessoa para me acompanhar, não só pelo domínio acadêmico, mas porque admiro a sua inteligência e tranquilidade. Agradeço por cada retorno rápido, pela empatia em cada conversa.

Para desenvolver este trabalho, o apoio de amigos e familiares também foi essencial. Agradeço aos meus pais e à minha irmã pelo suporte, amor e carinho, e aos meus amigos que tive a sorte de dividir toda a experiência universitária, desde o primeiro dia de aula. É muito mais fácil enfrentar todas as situações com vocês ao meu lado.

*Mas eu não me acho perdido, no fundo da noite partiu
minha voz. Já é hora do corpo vencer a manhã, outro
dia já vem e a vida se cansa na esquina, fugindo,
fugindo pra outro lugar...*

(Márcio Borges, Lô Borges e Milton Nascimento)

RESUMO

Este trabalho investiga, a partir da análise do dossiê *Sufrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro*, a viabilidade de uma cobertura midiática orientada por perspectivas contra-hegemônicas, em um cenário marcado pela prevalência de narrativas alinhadas aos interesses do neoliberalismo. A pesquisa articula essa racionalidade política a elementos da psicanálise, tomando como referência o contexto brasileiro e os textos reunidos no material analisado. São eles: “Pós-neoliberalismo?”, do sociólogo Daniel Pereira Andrade; “Uma era de crise psíquica”, do filósofo Vladimir Safatle; “Levantar o véu da raça”, das psicanalistas Andréa Máris e Christiane Odete; e “AquilombaSUS: Tecnologia ancestral para a promoção do cuidado em saúde mental no capitalismo ultraneoliberal”, de Tadeu de Paula, Emiliano de Camargo David e Rachel Gouveia Passos. A partir desse corpus, foi possível compreender como um produto jornalístico — no caso, uma revista — pode mediar e mobilizar saberes críticos ao sistema econômico ainda quando elaborados por autores de outras áreas do conhecimento, evidenciando os efeitos do sofrimento social sobre a subjetividade humana.

Palavras-chave: hegemonia; dossiê; hegemonia; neoliberalismo; Revista *Cult*; sofrimento;

ABSTRACT

This study investigates, based on the analysis of the dossier *Psychological Suffering in Brazilian Neoliberalism*, the feasibility of media coverage guided by counter-hegemonic perspectives, in a context marked by the prevalence of narratives aligned with neoliberal interests. The research articulates this political rationality with elements of psychoanalysis, taking as its reference the Brazilian context and the texts gathered in the analyzed material. These include: “Pós-neoliberalismo?” by sociologist Daniel Pereira Andrade; “Uma era de crise psíquica” by philosopher Vladimir Safatle; “Levantar o véu da raça” by psychoanalysts Andréa Máris and Christiane Odete; and “AquilombaSUS: Tecnologia ancestral para a promoção do cuidado em saúde mental no capitalismo ultraneoliberal” by Tadeu de Paula, Emiliano de Camargo David, and Rachel Gouveia Passos. From this corpus, it was possible to understand how a journalistic product — in this case, a magazine — can mediate and mobilize critical knowledge about the economic system even when produced by authors from other fields of knowledge, highlighting the effects of social suffering on human subjectivity.

Keywords: hegemony; dossier; neoliberalism; Revista Cult; suffering.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1- NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: INTERFACES ECONÔMICAS E SUBJETIVAS:	
1.1. Fundamentos do neoliberalismo e expansão no Brasil	10
1.2. Subjetividade no neoliberalismo: tendências capitalistas e os efeitos psíquicos	15
1.3. A relação entre política econômica e saúde mental	18
2- MÍDIA, DISCURSO E PODER:	
2.1. A mídia como campo de disputa simbólica	22
2.2. Jornalismo, hegemonia e contra-hegemonia	24
2.3. A revista como gênero jornalístico e espaço de reflexão crítica na cultura	26
2.4. A revista <i>Cult</i> : breve histórico, linha editorial, público e <i>dossiê</i>	28
3 - NEOLIBERALISMO: ENTRE O ADOECIMENTO E A PRECARIZAÇÃO:	
3.1. O adoecimento da subjetividade	31
3.2. O assombro melancólico na produção midiática	34
3.3. A correlação de forças entre o sucesso e o fracasso do neoliberalismo – o futuro é ancestral?	36
3.4. A intimidade corrompida pelo sofrimento e o conceito questionável de liberdade	40
3.5. Os sintomas da precarização	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

A partir da leitura do dossiê *Sufrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro* (2024), surgiu a necessidade de compreender a possibilidade de veicular conteúdos informativos como meio de promover debates – neste caso, acerca das subjetividades do neoliberalismo, considerando as dinâmicas de poder envolvidas. O estudo se justifica por seu caráter interdisciplinar, ao conectar um veículo jornalístico (revista) a questões econômicas e psicanalíticas abordadas no dossiê, com o objetivo de compreender os efeitos do neoliberalismo na subjetividade dos indivíduos. Assim, o dossiê da revista *Cult* constitui-se como objeto de análise para explorar uma mídia que propõe reflexões críticas sobre o modelo econômico dominante.

Ao examinar a mediação desse conteúdo, a pesquisa contribui para o entendimento dos veículos de comunicação como espaços potentes de debate sobre questões estruturais da sociedade contemporânea. Além disso, possibilita uma análise aprofundada da articulação entre discurso midiático e teorias críticas, auxiliando na interpretação dos desafios impostos pelo neoliberalismo, tanto na vida subjetiva quanto na coletiva. O trabalho editorial da revista também favorece a investigação das dinâmicas sistêmicas de poder, ao ampliar a compreensão das narrativas midiáticas sobre o neoliberalismo.

Para analisar o conteúdo proposto pelo dossiê, tornou-se necessário compreender o pensamento neoliberal, suas influências no Brasil e seus desdobramentos na vida subjetiva e psíquica dos sujeitos. Entre os autores de referência, Marilena Chauí, Mark Fisher e Christian Dunker sintetizam o espírito crítico desta análise, juntamente com os autores dos textos que compõem o dossiê. Isso porque associar o dispositivo neoliberal a uma nova forma de totalitarismo moderno, como proposto por Chauí; compreender que o capitalismo atua deprimindo os indivíduos, conforme relata Fisher; e relacionar esse processo ao sofrimento, como faz Dunker, resume a abordagem adotada nesta investigação.

Paralelamente, é importante considerar o papel da mídia na difusão de discursos hegemônicos e na visibilidade de perspectivas contrárias ao neoliberalismo. Como analisado por Dênis de Moraes no artigo *Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo* (2013), a concentração dos meios de comunicação compromete a diversidade informativa e cultural, especialmente no Brasil e na América Latina. Esse fator influencia diretamente a percepção social sobre os efeitos do neoliberalismo, tornando o debate público cada vez mais restrito às narrativas dominantes.

Além disso, a estrutura e a função dos dossiês como forma de debate e reflexão crítica no interior de publicações jornalísticas são fundamentais para esta análise. A dissertação de Janderson Silva (2021) sobre os dossiês da revista *Cult* analisa como esse formato editorial possibilita um ensaio crítico que amplia as formas de pensar determinados temas culturais. Segundo Silva, os dossiês funcionam como espaços de resistência ao adotarem uma abordagem ensaística, que permite múltiplas perspectivas e articulações discursivas. Ao analisar a questão *queer* dentro desse formato, o autor demonstra como os dossiês podem atuar na construção de debates que desafiam discursos hegemônicos — ponto de convergência com a proposta desta pesquisa. Desse modo, compreender o funcionamento dos dossiês enquanto instrumentos de crítica oferecidos por veículos midiáticos auxilia na análise e no entendimento do tema em questão, sobretudo por se tratar de um conteúdo construído e difundido nesse formato específico. Isso se torna ainda mais relevante diante da hipótese de que tais conteúdos não compactuam com a veiculação hegemônica no cenário econômico neoliberal.

A pesquisa configura-se, portanto, como um estudo qualitativo que visa compreender o papel da revista *Cult* na construção de discursos críticos ao modelo econômico neoliberal, a partir do material analisado, publicado em novembro de 2024. O estudo parte da hipótese de que esse conteúdo propõe uma reflexão crítica sobre os impactos subjetivos do neoliberalismo, diferenciando-se da cobertura midiática tradicional, geralmente alinhada a perspectivas hegemônicas. A análise volta-se à compreensão dessa estrutura discursiva crítica ao neoliberalismo, articulando-a com conceitos da teoria social e econômica. Nesta edição, o neoliberalismo é entendido como um fenômeno que escapa à esfera pública e econômica e adentra a subjetividade e as dinâmicas de saber e poder. A partir disso, os textos se propõem a analisar o fenômeno relacionando-o à crise psíquica, ao pós-neoliberalismo, aos dispositivos coloniais e ao aquilombamento como alternativa à lógica opressora.

Ao compreender o desenvolvimento de diferentes processos de neoliberalização e sua hibridização com a racionalidade colonial, o racismo, a violência de gênero e de classe, os autores constroem uma ideia do que esse fenômeno representa na atualidade, especialmente no Brasil. É o caso, por exemplo, do conceito de “racismo à brasileira”, mencionado por Andréa Guerra e Christiane Matozinho no texto *Escuta do sofrimento psíquico no neoliberalismo brasileiro: Levantar o véu da raça* (2024).

A pesquisa será estruturada em três capítulos: *Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: Interfaces Econômicas e Subjetivas*; *Mídia, Discurso e Poder*; e *Neoliberalismo: Entre o Adoecimento e a Precarização*. No primeiro capítulo, é feita uma retomada histórica do

pensamento liberal, de seus fundamentos e tendências no âmbito da sociedade capitalista, bem como de sua relação com a saúde mental dos indivíduos. O segundo capítulo discute o papel da mídia na mediação de discursos sobre o neoliberalismo, destacando suas operacionalizações tanto na condição de reprodutora de valores hegemônicos quanto de potencial articuladora de debates fundamentais para o entendimento crítico da sociedade contemporânea. O terceiro capítulo, por sua vez, volta-se aos desdobramentos produzidos por esse sistema, problematizando os impactos da colonização das esferas subjetivas e como isso afeta a constituição do sujeito contemporâneo em suas formas de existir, sentir e se relacionar.

Capítulo 1 - NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: INTERFACES ECONÔMICAS E SUBJETIVAS

No campo dos estudos econômicos, o termo neoliberalismo emergiu como uma tentativa de descrever o ressurgimento de certas concepções e ideias originárias do liberalismo clássico. O liberalismo é uma teoria que surgiu no final do século XVII, e um século depois foi consolidada, graças às influências do Iluminismo europeu. Ela pode ser conceituada como uma corrente de pensamento com viés político, econômico e filosófico. Defender a liberdade individual, a participação mínima do Estado, a propriedade privada e o livre mercado são os preceitos básicos dessa corrente intelectual. Adam Smith (1723 - 1790) um dos mais destacados teóricos nesse campo, defendeu que a economia deveria funcionar sem interferências governamentais significativas, guiada por uma suposta “mão invisível do mercado”, conceito que seria, em tese, responsável por balancear a oferta e a demanda. Smith (1983, p. 438) afirma que cada indivíduo, orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções”. Esse capítulo tratará dos fundamentos do neoliberalismo, suas tendências no âmbito da sociedade capitalista e sua relação com a saúde mental dos indivíduos.

1.1 - Fundamentos do neoliberalismo e expansão no Brasil

A partir da Primeira Revolução Industrial (1760-1840), iniciada na Inglaterra, diversas economias ocidentais foram moldadas pelos valores liberais ao longo dos séculos. Na primeira metade do século XX, eventos como a Grande Depressão de 1929, nos Estados Unidos, e a ocorrência das duas grandes guerras mundiais motivaram o aumento da intervenção estatal, principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Em defesa dessa intervenção estatal surgiu o *keynesianismo*, teoria desenvolvida por John Maynard Keynes, que defende uma participação e intervenção ativa do governo na economia, assim como a redistribuição de riquezas e equitativa aplicação de impostos, além de priorizar a garantia ao emprego e salário, por exemplo. Para Keynes (1996, p.318), "os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas."

Em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a reconstrução econômica foi baseada na expansão do capitalismo liberal, com a intenção dos Estados Unidos de dominar ideologicamente outras potências que estavam enfraquecidas pela guerra, na intenção de conter o avanço do pensamento comunista. Nesse cenário, os ideais norte-americanos foram fortalecidos por meio do Programa de Recuperação Europeia (ERP), proposto pelo secretário de Estado, George Marshall. O programa ficou conhecido como *Plano Marshall* – que, ao tentar reconstruir economias destruídas, favorecia modelos de livre mercado, propriedade privada e integração comercial, mesmo em um contexto em que o keynesianismo ainda era predominante. Ao mesmo tempo, cresciam a propaganda e a produção em massa, as bases da chamada "sociedade de consumo". Como afirma Slater (2001), "a cultura do consumo está ligada à ideia de modernidade, de experiência moderna e de sujeitos sociais modernos" (p. 72).

É em meio a essa experiência moderna, contudo, que se observa, em especial nas últimas décadas do século XX, e em diferentes pontos do mundo, as sucessivas crises econômicas (com diferentes matizes) que enfraqueceram o poder estatal. Nesse cenário, o pensamento liberal foi atualizado e adaptado às novas questões econômicas decorrentes dos avanços do capitalismo e da crescente desigualdade em variadas regiões do mundo. Surge, então, o *neoliberalismo*. Defendido por economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman¹, o neoliberalismo propõe a redução do papel do Estado na economia, a privatização de serviços públicos, a desregulamentação dos mercados e a abertura das economias nacionais ao comércio global. Klein (2008) afirma que "Friedman sonhava em desmontar os moldes das sociedades, fazendo-as retornar ao estado de capitalismo puro, livre de todas as interrupções – regulação governamental, barreiras comerciais e interesses entrincheirados" (p. 66). O modelo se potencializou a partir da década de 1980, especialmente com os governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

A América Latina foi largamente afetada pela implementação de políticas neoliberais durante esse período inicial de ascensão. Em setembro de 1973, o general Augusto Pinochet liderou um golpe militar no Chile, que foi economicamente guiado pelos *Chicago Boys*,

¹ ¹ Entre as principais obras de Friedrich Hayek, destacam-se *O Caminho da Servidão* (1944), *Direito, Legislação e Liberdade* (1973-1979) e *Os Fundamentos da Liberdade* (1960), obras em que o autor critica o intervencionismo estatal e defende os interesses do mercado. Milton Friedman é conhecido por obras como *Capitalismo e Liberdade* (1962), *Livre para Escolher* (1980) e *Uma Teoria da Função de Consumo* (1957), obras que defendem políticas econômicas baseadas na liberdade de mercado, criticando o papel excessivo do Estado na economia.

economistas chilenos formados na Universidade de Chicago, fortemente influenciados pelas ideias do economista estadunidense Milton Friedman. De acordo com Klein,

foi a visão dos Garotos de Chicago acerca de uma completa restauração do país que mais se encaixou em sua nova ganância desmedida e, assim como Suharto e sua Máfia de Berkeley, ele nomeou diversos diplomados de Chicago seus conselheiros econômicos. (KLEIN, 2007, p. 99).

Friedman se tornou um dos economistas mais conhecidos do mundo e um dos principais defensores do neoliberalismo no século XX. Em 1976, o autor recebeu o Prêmio Nobel de Economia por suas formulações sobre análise do consumo, teoria monetária e defesa do livre mercado. No Chile, a combinação entre o governo autoritário e a implementação dessas políticas econômicas durou até 1990 e resultou em persistentes crises econômicas, bem como no aumento das desigualdades sociais.

Os Garotos de Chicago garantiram a Pinochet que, se o governo saísse daquelas áreas imediatamente, as “leis naturais” da economia recuperariam seu equilíbrio e a inflação (...) Eles estavam errados. Em 1974, a inflação atingiu 375% – a taxa mais alta do mundo. Os custos de produtos básicos, como pão, subiram demais. Ao mesmo tempo, os chilenos estavam perdendo os empregos, porque os experimentos de Pinochet com o “livre-mercado” inundaram o país de importados baratos (...) o desemprego bateu recorde e a fome se tornou inquietante. (KLEIN, 2007, p. 100)

Com o objetivo de entender as razões que geraram a ascensão sistemática neoliberal, o filósofo e historiador Michel Foucault trabalhou esse assunto em uma série de palestras realizadas no *Collège de France* entre 1978 e 1979, que, posteriormente, foram reunidas no livro *Nascimento da Biopolítica*. O autor traça uma arqueologia do neoliberalismo essencialmente europeu, que teria surgido como resposta aos regimes autoritários, como, por exemplo, o *ordo-liberalismo* alemão, que emerge como reação à experiência totalitária do nazismo.

O autor questiona, assim, se o neoliberalismo poderia ser um antídoto político. Na concepção de Foucault (2008), a ascensão inicial dessa ideologia, nesse contexto, já revelava suas intenções. O modelo mostrou, desde o início, suas particularidades em relação ao pensamento liberal clássico. Como assinala o filósofo, enquanto os liberais se limitavam às preocupações exclusivamente econômicas, a atualização 'neo' se estendeu por todos os domínios da sociedade ao transformar o empreendimento liberal em um modelo de vida:

Todos os problemas de herança- transmissão - educação - formação - desigualdade do nível, tratados de um ponto de vista único como elementos homogeneizáveis, eles próprios por sua vez centrados, não mais em uma antropologia, ou numa ética, ou numa política de trabalho, mas numa economia do capital. E o indivíduo visto

como empresa, isto é, como como um investimento/investidor (...). Suas condições de vida são a renda de um capital. (FOUCAULT, 2008, p. 320)

There Is No Alternative (TINA) foi o slogan que ganhou visibilidade durante o governo de Thatcher. A “dama de ferro”, como ficou popularmente conhecida, usava essa frase para justificar suas políticas econômicas neoliberais, argumentando que não havia outra opção, a não ser o livre mercado. O slogan inspirou o teórico britânico Mark Fisher (2009) a reafirmar o conceito de *realismo capitalista*, crença generalizada de que o capitalismo não apenas é o único sistema viável, mas também que é impossível imaginar um mundo sem ele. Fisher afirma que

Pobreza, fome e guerra podem ser apresentadas como aspectos incontornáveis da realidade, ao passo que a esperança de um dia eliminar tais formas de sofrimento pode ser facilmente representada como mero utopismo ingênuo. O realismo capitalista só pode ser ameaçado se for de alguma forma exposto como inconsistente ou insustentável, ou seja, mostrando que o ostensivo ‘realismo’ do capitalismo na verdade não tem nada de realista (FISCHER, 2009, p. 16).

No livro *A Miséria da Filosofia* (1847), Karl Marx (1818-1883), teórico crítico ao modo de produção capitalista, discutiu as limitações do pensamento econômico burguês. Para ele, “os economistas nos explicam como se produz nestas relações, mas não nos explicam como se produzem estas relações” (MARX, 1979, p. 102). Essa tese também parece ter inspirado o conceito proposto por Fisher, que denuncia o desejo capitalista de não considerar a viabilidade de outro sistema, com outras relações econômicas.

Essa ideologia domina parte das economias globais, com suas variações em diferentes países. As privatizações, desregulamentações e aberturas comerciais se fazem presentes. No Brasil, um exemplo está nas reformas trabalhista e previdenciária realizadas durante o governo de Michel Temer (2016-2018), responsável por facilitar a terceirização ao precarizar as condições de trabalho e permitir o aumento da informalidade.

No país, a expansão do neoliberalismo teve início na década de 1990, durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), mas se consolidou posteriormente com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O governo Collor promoveu a abertura ao mercado externo e as primeiras privatizações, como a da Usiminas, antiga empresa estatal de siderurgia. Essa tendência se intensificou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que efetivou de fato uma agenda neoliberal, com a privatização de grandes estatais, como a então Companhia Vale do Rio Doce (atual mineradora Vale) e o antigo sistema Telebrás, além de priorizar o câmbio flutuante, em que os valores das moedas variam livremente, de acordo com a oferta e demanda no mercado.,,

Nos anos 2000, os governos de Lula e Dilma Rousseff mantiveram práticas do modelo neoliberal, como um rígido equilíbrio econômico, fundado fortemente no controle da inflação, e o respeito às regras fiscais, embora tenham ampliado os programas sociais e o papel do Estado, com o aumento do salário mínimo e distribuição de renda, por exemplo. Na visão de Carvalho, uma análise dos dados e eventos daquele período sugerem que

O modelo de crescimento que vigorou no Brasil nos anos 2000 precisava superar obstáculos importantes para se sustentar ao longo do tempo, mas não estava, de antemão, condenado ao esgotamento. Em vez da superação dos desafios, optou-se pela adoção de uma política econômica, em boa parte, equivocada. (CARVALHO, 2018, p. 5).

Durante o governo Dilma (2011-2016), medidas de maior intervenção econômica provocaram críticas por parte do mercado financeiro, o que contribuiu para a crise econômica iniciada em 2013. O governo de Rousseff realizou uma série de ações intervencionistas, como, por exemplo, o aumento das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o lançamento do Plano Brasil Maior, que visava o fomento da indústria nacional.

Após o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer (2016-2018) retomou políticas essencialmente neoliberais, com a aprovação do teto de gastos públicos e também com o desenvolvimento das reformas trabalhista e previdenciária aqui mencionadas.

A política neoliberal se manteve, a partir de 2019, com a participação do ministro Paulo Guedes no governo de Jair Bolsonaro, período em que, de fato, se efetivou a reforma da Previdência, marcado também pela ampliação das privatizações e favorecimento do livre mercado. Em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo em 2019, o ministro admitiu que o ritmo das reformas foi desacelerado no Congresso após a aprovação das mudanças na Previdência. Afirmou que, quando as pessoas começam a ir para as ruas “sem motivo aparente”, é preciso “entender o que está acontecendo” e avaliar se é possível prosseguir com a agenda liberal”².

² DIAS, Marina. “Não se assustem se alguém pedir o AI-5”, diz Guedes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2019, edição 33.109.



Imagem de Paulo Guedes caracterizado como personagem da franquia de filmes e séries Star Wars, em empresa de *trading* na avenida Faria Lima, em São Paulo

Fonte: Revista *Cult*, dossiê “Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro” (2024).

1.2 - Subjetividade no neoliberalismo: tendências capitalistas e os efeitos psíquicos

O neoliberalismo promete, desde o século passado, o crescimento econômico e a eficiência de mercado acima de tudo. Em nome disso, intensifica desigualdades sociais, precariza as relações de trabalho e é capaz de contribuir para o sofrimento psíquico dos indivíduos que integram esse modelo de sociedade. Sob essa perspectiva, Fisher (2009, p. 157) afirma que “o aumento dos casos de depressão e ansiedade são um efeito da tendência, bem-sucedida, do neoliberalismo em privatizar o estresse: converter antagonismos políticos em condições médicas”.

Com a ênfase na competitividade, na produtividade individual e na meritocracia, os sujeitos estão submetidos a desgastes que intermedeiam a economia e a subjetividade. Como assinala Marilena Chauí, no ensaio *O totalitarismo neoliberal*,

A política neoliberal se define pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização dos direitos, transformados em serviços vendidos e comprados no mercado, privatização que aumenta todas as formas de desigualdade e de exclusão. (CHAUI, 2020, p. 322).

Chauí também afirma que as políticas neoliberais influenciaram a lógica e o modo de vida contemporâneo, de modo que “o Estado deixa de ser considerado uma instituição pública regida pelos princípios e valores de legalidade e legitimidade republicano-democráticos e

passa a ser considerado uma empresa” (Ibid.). Dessa forma, os interesses de mercado são priorizados, ferindo valores democráticos e reduzindo o espaço público dos direitos dos cidadãos.

Para entender essa relação entre as influências neoliberais e o sofrimento psíquico, é preciso ter em mente que o neoliberalismo traduz hoje o atual formato do sistema capitalista no mundo. O fato é que, quando se leva em conta o *modus operandi* desse capitalismo, as razões causadoras desse tipo de sofrimento mental tornam-se mais claras. No livro *Capitalismo Canibal* (2024), Nancy Fraser se propõe a analisar o sistema capitalista a partir de uma perspectiva particular, que, segundo ela, revela o quanto esse modelo pode ser um risco para a democracia, principalmente em função de suas contradições econômicas e políticas. A pesquisadora observa, nesse sistema, estruturas fundamentalmente desiguais para os trabalhadores, além de serem racistas, destrutivas em relação ao meio ambiente e excludentes para as mulheres.

A partir desse ponto de vista é que Fraser argumenta que as instabilidades e os desequilíbrios presentes no âmbito do capitalismo, ainda que ultrapassem a dimensão das disfunções econômicas, costumam ser ignoradas, de modo que

excluem-se as crises enraizadas nas contradições entre campos — contradições que aparecem quando os imperativos econômicos do capitalismo colidem com os imperativos reprodutivos dos campos não econômicos, cuja saúde é essencial para a continuidade da acumulação; isso sem falar do bem-estar humano. (FRASER, 2024 p. 177).

Essa acumulação mencionada por Fraser, entretanto, é, na verdade, um dos principais elementos para o funcionamento do capitalismo. Isso porque o sistema depende desse acúmulo para gerar o excedente/lucro e enriquecer, ao explorar e expropriar os trabalhadores. Para a autora, “a expansão do capital não acontece pela troca de equivalentes, como sugere a perspectiva de mercado, mas precisamente pelo seu oposto: pela não remuneração de uma parte do tempo de trabalho dos trabalhadores”(Ibid.p. 28).

Nesse sentido, os elementos analisados demonstram que os interesses do sistema muitas vezes agem por si só e independem do bem-estar dos indivíduos e dos valores democráticos. Nas palavras de Fraser, esse arranjo tira a capacidade das pessoas “de decidir coletivamente o que e quanto” querem produzir, “com qual base energética e por meio de quais tipos de relações sociais” (Ibid.p. 182).

Desse ponto de vista, é possível entender o neoliberalismo como o atual estágio do capitalismo, aquele que ultrapassa os interesses econômicos e que é capaz de atingir a

subjetividade e as dinâmicas de saber e poder individuais devido às tendências políticas e econômicas do sistema. Com base nesse pressuposto, Vladimir Safatle, Nelson da Silva Júnior e Christian Dunker transformaram três anos de pesquisas realizadas no Laboratório de Pesquisas em Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latesfip) no livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (2020). Na obra, os autores reúnem teoria social, filosofia e psicanálise para entender o neoliberalismo não somente como um modelo social e econômico, “mas também como gestor do sofrimento psíquico que se impôs a nós como resultado da natureza disciplinar de seu discurso, no qual categorias morais e psicológicas são constantemente utilizadas como pressupostos silenciosos da ação econômica”. (DUNKER, 2021, p. 7).

No primeiro capítulo, intitulado *A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral*, Safatle questiona a autonomia da economia ao considerar sua transmutação em psicologia moral, de modo que o neoliberalismo promove uma intersecção entre moral, psicologia e economia, utilizando termos psicológicos e morais para justificar políticas econômicas e, assim, despolitizar movimentos sociais e individualizar o sofrimento. Diz ele:

É cada vez mais evidente como lutas políticas tendem a não ser mais descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança. (SAFATLE, 2021, p. 19).

De acordo com o autor, o neoliberalismo é uma estrutura de subjetivação que moraliza os fracassos e culpabiliza os sujeitos, e, assim, “o problema não parece mais político, mas de respeito à integridade psicológica” (Ibid). Nessa concepção, ao gerir e problematizar o sofrimento a partir de uma perspectiva individual, o neoliberalismo contribui para que os sujeitos entendam esse sofrimento como uma falha na autoadministração do ser, sem cogitar que essas questões se tornam uma ameaça à ordem vigente:

Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando 'otimizar' o potencial de todos os seus atributos capazes de ser 'valorizados', tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão. A 'autonomia', no sentido de dar a si mesmo o princípio de sua ação, converte-se na mera internalização das injunções do mercado, tal como a 'liberdade de empreender' (SAFATLE 2021, p. 46).

Em *A hipótese depressiva*, outro texto da obra, Dunker também desloca o diagnóstico para além da esfera individual, ao entender a depressão como um sintoma social resultante da vida contemporânea. O autor introduz o capítulo comparando o conceito de depressão com a crise econômica que marcou final da década de 1920:

Antes de se consagrar como categoria psicopatológica, a ideia de depressão popularizou-se como um conceito econômico. Depois da quinta-feira, 24 de outubro de 1929, quando o valor das ações caiu drasticamente na Bolsa de Nova York, o mundo entrou em depressão e depois em recessão (DUNKER, 2021, p. 181).

Ao avançar na sua análise crítica, Dunker parte da hipótese de que o liberalismo e o neoliberalismo diferem essencialmente em relação “às causas da depressão e, consequentemente, de seu tratamento, por exemplo, considerando o papel do Estado, do uso de lastro como garantia para o valor, da política de juros e de desenvolvimento”. Percebe-se, então, a importância, neste trabalho, de problematizar a psicologização da economia, justamente em função da sua capacidade de desarmar a crítica coletiva e promover a indiferença ao sofrimento social, uma vez que a subjetividade neoliberal é construída a partir de interesses de mercado que colonizam emoções. Os efeitos são, então, parte de um problema político.

1.3 - A relação entre política econômica e saúde mental



Imagem: Camisa de força na promoção, com 25% de desconto / Contracapa do dossiê

Fonte: Revista *Cult*, dossiê “Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro” (2024).

Na obra *A Nova Razão do Mundo* (2017), Pierre Dardot e Christian Laval afirmam que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é uma racionalidade. Para eles,

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (DARDOT; LAVAL, 2020, p. 16).

A política econômica envolve decisões fiscais e monetárias que exercem um papel estruturante nas condições de existência de uma sociedade, visto que decisões macroeconômicas interferem em condições de vida como trabalho, renda, dívida e serviços. Em *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (2008), Karl Marx, sob uma perspectiva materialista, assinala que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência”. (Ibid, p. 47).

Significa, na prática, que a materialidade das políticas econômicas também se manifesta em formas concretas de sofrimento cotidiano. Essa abordagem reforça a hipótese de que transtornos de ansiedade, depressão e estresse crônico podem ter origem em contextos sociais marcados por adversidades resultantes de políticas econômicas, tais como desemprego, insegurança alimentar, informalidade no trabalho, sobrecarga laboral, dificuldade de acesso à moradia, saúde e educação, além de dívidas pessoais e familiares.

Uma grande questão, sob esse aspecto, diz respeito aos interesses de segmentos específicos em torno do gerenciamento desse sofrimento tão diretamente relacionado a questões estritamente econômicas. No capítulo *A Mutação do Sofrimento no Trabalho*, Dunker destaca como a gestão neoliberal lida com essas angústias. Afirma:

O sofrimento expresso pela repetição, pela perda de sentido e pela perda de satisfação no trabalho, bem como os sentimentos de frustração e ansiedade, não são o objetivo do gerenciamento. A defesa contra a angústia, ou seja, a preservação do eu, sob forma de negação, racionalização, projeção ou sublimação do conflito, é que é visada pela gestão liberal do sofrimento (DUNKER, 2021, p. 256).

Além disso, os efeitos dessa gestão não são uniformemente distribuídos, uma vez que gênero, raça, classe social, território e faixa etária são categorias que modulam a exposição e a vulnerabilidade aos riscos gerados pelo modelo econômico. Mulheres, pessoas negras, juventudes periféricas e idosos de baixa renda, por exemplo, tendem a vivenciar maiores impactos das desigualdades estruturais. Na última pesquisa sobre Síntese de Indicadores Sociais, realizada em 2023, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou que pretos e pardos ocupam a maior porcentagem do trabalho informal no Brasil (45,8%, em relação a 34,3% da população branca), e as mulheres são maioria em serviços de subutilização (22,4%, em relação ao homens; 14,4 %).

É preciso considerar aqui, também, que os modelos econômicos neoliberais são baseados na austeridade fiscal, na flexibilização trabalhista e na retração do Estado como garantidor de direitos. Em casos de implementação de políticas de austeridade fiscal, por exemplo, os gastos públicos são reduzidos, e impostos e privatizações aumentam.

O neoliberalismo molda as esferas políticas e sociais, ambas como apropriadamente dominadas por preocupações de mercado e elas mesmas organizadas por sua racionalidade. Isso é, mais do que simplesmente facilitar a economia, o Estado em si, deve construir e interpretar a si mesmo em termos de mercado, assim como desenvolver políticas e disseminar uma cultura política que forma cidadãos exaustivamente como atores racionalmente econômicos em toda esfera da vida. (BROWN, 2024, p.8).

A Grécia é um caso de austeridade fiscal aplicada na prática, sendo um bom exemplo neste sentido, já que foi um dos países mais afetados pelas medidas impostas pela *Troika* (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI) desde o fim do século XX até o início do XXI. O artigo *The Impact of Economic Austerity and Prosperity Events on Suicide in Greece: A 30-Year Interrupted Time-Series Analysis*, publicado no *British Medical Journal (BMJ)*³ analisa o aumento expressivo das taxas de suicídio no país e sua relação com o período posterior a 2010, quando o país sofreu severas imposições econômicas de cortes orçamentários em setores sociais essenciais.

Outro estudo sobre o assunto foi realizado no Reino Unido. Em *Effects of Health and Social Care Spending Constraints on Mortality in England: A Time Trend Analysis*⁴, estima-se que as restrições orçamentárias impostas pelo governo britânico conservador de David Cameron (2010) ao sistema de saúde e assistência social contribuíram para a morte de cerca

³ Publicado no periódico BMJ Open, editado pelo British Medical Journal Group, em 2 de fevereiro de 2015, disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2014-005619>

⁴ Publicado no periódico BMJ Open, editado pelo British Medical Journal Group, em novembro de 2017, por Vector-López et al.

de 30 mil pessoas. O texto estabelece uma relação entre a crise financeira de 2008 e o impacto direto da retração do Estado sobre as condições de vida da população mais vulnerável.

Na concepção de Silva Júnior, existe de fato uma relação estreita entre os sistemas impostos pelo neoliberalismo e variados tipos de sofrimento mental. Para ele, há uma

íntima relação entre economia e ciência, mais especificamente, entre a psiquiatria com seus saberes e o neoliberalismo com sua lógica de produção de tamponamentos para as fragilidades, inconsistências e precariedades humanas segundo o critério da produtividade máxima a todo momento (SILVA JÚNIOR, 2021, p.166).

Esse “critério de produtividade máxima a todo momento”, central à racionalidade neoliberal, transforma a vida em uma corrida constante por desempenho e eficiência. Isso gera sujeitos que se cobram em excesso, ansiosos, exaustos e culpabilizados por qualquer falha.

O fracasso é justificado por razões individualizadas, e não como consequência de estruturas sociais precárias. Assim como apontado por Byung-Chul Han, em *Sociedade do Cansaço* (2017), “o excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma. O cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando”, (Ibid. p.38). Dessa forma, a pressão por performar sem descanso rompe os limites entre trabalho e vida pessoal, mina o prazer e o sentido das atividades cotidianas e transforma o sofrimento em algo a ser escondido ou medicalizado, não compreendido. Para Han (2017), “o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa auto exploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade”. (Ibid., p.17).

Desta forma, o indivíduo, convencido de que age por livre escolha, torna-se cúmplice involuntário de sua própria exaustão, perpetuando um ciclo em que o sofrimento é naturalizado e as causas estruturais permanecem ocultas. Trata-se, portanto, de um sistema que, sob a promessa de liberdade e realização pessoal, é capaz de fragilizar a conscientização coletiva. Além disso, essa articulação entre neoliberalismo e sofrimento psíquico é diretamente influenciada pela manutenção de discursos dominantes. Em relação a isso, a mídia atua como um campo estratégico de disputa de poder e de reafirmação e naturalização dessa lógica de desempenho, como se verá adiante.

Capítulo 2 - MÍDIA, DISCURSO E PODER

Os meios de comunicação desempenham um papel central na mediação de discursos. A imprensa tem um papel importante não apenas na formação da opinião dos cidadãos, mas também nos processos de construção de consensos, podendo tanto reproduzir as narrativas dominantes quanto oferecer espaço para vozes dissonantes. Compreender o papel da mídia na contemporaneidade, contudo, implica investigar as dinâmicas de poder que se expressam nas escolhas editoriais, nos enquadramentos narrativos e na visibilidade conferida a determinadas perspectivas. A construção dessas narrativas não apenas informa, mas também interpreta, legitima ou silencia vozes. Nesse sentido, os meios de comunicação tornam-se agentes ativos na constituição simbólica da realidade social, influenciando a forma como o neoliberalismo é percebido, naturalizado ou questionado. Esse capítulo discutirá o papel da mídia na mediação de discursos sobre o neoliberalismo, destacando suas operacionalizações na condição de reprodutora de valores hegemônicos e, ao mesmo tempo, de potencial articuladora de debates fundamentais para o entendimento crítico da sociedade contemporânea.

2.1 – A mídia como campo de disputa simbólica

A mídia é um dos principais espaços de produção e circulação de informações e sentidos em uma sociedade. Ela possui interesses e visa influenciar a formação da opinião pública. Por isso, os meios de comunicação, movidos por interesses econômicos, podem se tornar espaços de disputa simbólica, com diferentes agentes, posições sociais e perspectivas políticas.

Sob esse aspecto, compreender a mídia como campo de disputa simbólica exige também situá-la nos cenários de transformações econômicas e estruturais que redefiniram o setor da comunicação nas últimas décadas, especialmente no contexto da reconfiguração do capitalismo global. Ainda na primeira década deste século, Leal (2006) já chamava a atenção para a relação entre mídia e economia política. Na ocasião, destacava que

O deslocamento de capitais para o setor de serviços, verificado a partir da segunda metade da década de 70 e aprofundado na década de 90, principalmente na área de informação e de comunicação, é de potencial interesse para o entendimento do atual estágio de reprodução do capitalismo. Este processo traz grandes consequências para a prática jornalística e para a produção de discursos na sociedade civil. Existe um duplo papel estratégico das corporações de mídia na contemporaneidade: é a esfera que legitima o discurso da globalização neoliberal e, ao mesmo tempo, um importante agente econômico global. (LEAL, 2006, p. 9).

Há muito tempo, a literatura registra que o meio midiático é formado por discursos baseados em relações de força entre agentes dominantes e dominados, que disputam a autoridade de nomear, representar e influenciar o imaginário coletivo. Assim como Leal, Palacios (2004) já observava que “os gêneros de discurso pertencem a uma tipologia situacional de comunicação e são compreendidos como dispositivos comunicacionais que só podem acontecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes” (Ibid., p. 115-116).

Além de informar, a mídia tem um potencial formativo constituído de subjetividades, valores e narrativas. No artigo *Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo* (2013), Dênis de Moraes conclui que a concentração dos meios de comunicação compromete a diversidade informativa e cultural, especialmente no Brasil e na América Latina. Os monopólios midiáticos são determinantes porque interferem na conformação do imaginário coletivo e em valores consensualmente aceitos e assimilados.

Nos países latino-americanos, segundo o autor, há fatores que, tanto no âmbito público quanto na esfera privada, contribuem, em graus variados mas não menos substanciais, para agravar a concentração. O déficit de investimentos setoriais, as políticas públicas inconsistentes e a inércia regulatória afastaram o Estado, nos últimos decênios, do protagonismo nas áreas de informação, entretenimento e telecomunicações. Em contrapartida, grupos transnacionais ocuparam vorazmente os vácuos abertos, favorecidos por legislações frágeis, anacrônicas e permissivas, que lhes permitem acumular licenças de rádio e televisão – as jóias da coroa em termos de faturamento e projeção política, ideológica e cultural. (MORAES, 2013).

Sendo assim, grande parte do conteúdo midiático e jornalístico está sujeito à repetição de temas, abordagens e perspectivas, com poucos conglomerados controlando a produção e a distribuição da informação. Essa homogeneização limita o acesso a visões divergentes, comprometendo o papel democrático dos veículos midiáticos no sentido de promover o debate público plural e crítico.

Com essa reprodução de narrativas dominantes, que pouco dialogam com a complexidade e a diversidade da sociedade, a percepção social dos efeitos do neoliberalismo é influenciada, tornando o debate público informativo cada vez mais restrito aos segmentos economicamente mais favorecidos. É nesse sentido, aliás, que Leal (2006), ao analisar a articulação entre mídia e neoliberalismo, observa que essa lógica “é potencializada por um gigantesco aparato midiático”, articulado em um sistema fechado, que, “de forma eficiente e

oportuna, legitima esse processo por meio da apologia a uma suposta incapacidade e limitação humana à auto emancipação” (Ibid., p. 22).

Desse modo, esse modelo concentrado de comunicação restringe a expressão de visões alternativas e marginaliza discursos críticos. Por isso, para ampliar a interlocução com setores populares, a comunicação enfrenta desafios linguísticos, culturais e econômicos.

2.2 – Jornalismo, hegemonia e contra-hegemonia

Conforme exposto anteriormente, o contexto neoliberal fomenta relações sociais marcadas por uma percepção fragmentada da totalidade social, além de reduzir o espaço para discursos contra-hegemônicos. É por isso que, na perspectiva de Leal, o jornalismo está comprometido:

O neoliberalismo termina por instaurar um mercado simbólico na sociedade civil, no qual o valor de troca se torna um fim em si mesmo. Desta maneira, as relações sociais passam a ser cada vez mais fetichizadas, fazendo com que, por um lado, se perca de vista a noção de totalidade social, e, por outro, o espaço para a construção de discursos contra-hegemônicos diminua enormemente no campo da sociedade civil instituída. A partir daí, lança-se a hipótese de que o jornalismo, tal qual era feito no período da socialdemocracia, está ameaçado. (LEAL, 2006, p. 9).

Essa restrição ao debate e ameaça ao jornalismo dialogam com o conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, que discute a maneira como a classe dominante impõe às classes menos favorecidas os seus valores, como se esses valores fossem universais e naturais, por meio de questões éticas e culturais, construindo consensos a partir dessas imposições. De acordo com o autor, um grupo social manifesta sua supremacia sobre o outro “de dois modos, como domínio e como direção intelectual moral”, de tal forma que esse grupo social dominante tende a ser “dirigente dos grupos afins ou aliados” (Ibid., 2002a, p. 62).

Considerando esses desdobramentos da ideia de hegemonia no contexto contemporâneo, é possível perceber que o jornalismo ocupa um papel central nesse processo, atuando como uma verdadeira “maquinaria informacional”, conforme propõe Souza (2021) no artigo *Jornalismo, hegemonia e produção de sentido: a maquinaria informacional em estudo*, publicado na revista *Comunicação & Informação* (UFG). Para o autor, essa maquinaria informacional é resultado de questões sociais baseadas em relações materiais, nas quais “a própria indústria midiática aparece como uma maquinaria de produção informacional” (Ibid., p. 2).

De acordo com o artigo, a mídia jornalística é uma técnica social e um aparelho de hegemonia que “estrutura-se como um tipo de maquinaria de produção de conteúdo, uma indústria da consciência em que indivíduos produtores criam sentido e o difundem”. Desse modo, o autor compreende o jornalismo para além da prática profissional, incluindo as influências do setor mercantil. Assim, segundo ele, o jornalismo “assume a incumbência de fábrica de significados que definem os marcadores conjunturais e singularizados da realidade” (Ibid., 2021, p. 8).

Nesse contexto, ao definir o que é notícia, quais temas merecem destaque e quais perspectivas são marginalizadas, o jornalismo pode contribuir significativamente para a manutenção de discursos hegemônicos, emergindo como um instrumento estratégico na construção de sentidos e na consolidação de visões de mundo. A prática, na concepção de Souza, envolve processos discursivos que operam na naturalização de determinadas ideologias, as quais “atuam na ordenação hegemônica, ou seja, os modos de vida e as visões de mundo dos receptores são claramente afetados pelas notícias” (Ibid., p. 15). Com base nessa perspectiva, o autor argumenta que a relação entre o exercício do jornalismo e as narrativas hegemônicas é evidente, uma vez que

O poder que as representações jornalísticas (e midiáticas) têm ao enquadrar os recortes da realidade dá-se no terreno das batalhas pela hegemonia, que se concretizam entre as classes sociais em disputa. Ao serem produzidas enquanto técnicas sociais gestadas em maquinarias de informação, cujas rotinas produtivas, interesses mercantis e processos de captura da subjetividade dos trabalhadores da comunicação relacionam-se a fatores extra e intra-organizacionais, essas construções de significado carregam as marcas ideológicas desse contexto no eixo da produção. (SOUZA, 2021, p. 15).

Souza também ressalta a relevância do conceito de contra-hegemonia, também presente nas elaborações de Gramsci. Aponta, por exemplo, para o potencial dos esforços de grupos subalternos no sentido de construir, em conjunto com o Estado, uma nova direção cultural e política capaz de romper com a dominação simbólica vigente. A contra-hegemonia se expressa como uma prática de resistência discursiva, com o intuito de propor novas formas de interpretar a realidade. Na perspectiva de Gramsci, as ações contra hegemônicas servem para criar uma nova forma ética e política, que atue em oposição à lógica de produção capitalista.

No artigo *Comunicação, Hegemonia e Contra hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci*, Dênis de Moraes (2010) analisa a relação entre contra hegemonia e diversidade. A partir da teoria gramsciana, argumenta que a contra-hegemonia “é o resultado das mediações

de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico” e, por isso, é questionável e “pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas” (Ibid., p. 20). A argumentação do autor se insere no campo da disputa ideológica, expondo perspectivas que não apenas se opõem às racionalidades hegemônicas, mas que também incentivam a elaboração de um pensamento crítico voltado para a transformação social. Nesse sentido, a perspectiva gramsciana revela-se essencial à formação do pensamento crítico capaz de transformar a realidade, de maneira a efetivar o que o líder comunista italiano define como “a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” (Ibid., 1999, p. 111). Para Moraes, combater essa racionalidade hegemônica “significa reorientar as percepções sobre o mundo vivido”, concebendo o tempo presente como algo “passível de ser alterado por ações concatenadas e convincentes”. (Ibid., 2010, p. 20).

Sob esse prisma, o jornalismo, ainda que fortemente influenciado pelas lógicas de mercado e pelas estruturas hegemônicas, também pode ser apropriado como um instrumento contra-hegemônico, especialmente ao dar visibilidade a narrativas e debates que escapem ao consenso dominante.

2.3 - A revista como gênero jornalístico e espaço de reflexão crítica na cultura

O jornalismo, ao dar visibilidade a múltiplas narrativas e debates, encontra na revista um formato singular que permite não apenas informar, mas também interpretar e refletir criticamente sobre os fatos, e pode configurar-se como um importante espaço de mediação crítica.

Em função da periodicidade, [as revistas] têm mais tempo para elaborar a pauta, checar e analisar informações, explorar diferentes ângulos, aprofundar o tema e ajustar o foco ao leitor. Abordam assuntos e suas reportagens assumem caráter de recuperação dos acontecimentos para construção de textos interpretativos, atravessados, em variáveis graus, pela opinião. (AZUBELI, 2013, p.260).

Essa característica interpretativa está ligada à própria origem do gênero, visto que as primeiras revistas do mundo surgiram com a proposta de abordar assuntos variados em um novo formato, sendo algumas das precursoras a *The Gentleman's Magazine* (1731) e a *Ladies Magazine* (1749), ambas inglesas. Além disso, o termo *magazine* (revista, em inglês) foi inspirado nas antigas magazines, lojas que vendiam produtos variados.

No livro *Jornalismo de revista* (2003), Marília Scalzo contextualiza o surgimento e a consolidação das revistas no Brasil e no mundo. A autora destaca características que

diferenciam as revistas de outros tipos de veículos, como, a segmentação temática, o domínio de conteúdos de cunho educativo ou de entretenimento e o estabelecimento de uma relação fiel com um público específico:

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece por um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a compor a personalidade, isto é, estabelece identificações, dando a sensação de pertencer a um determinado grupo. (SCALZO, 2003, p.12).

Ao fazer uma referência ao escritor colombiano Gabriel García Márquez, autor da frase: “A melhor notícia não é a que se dá primeiro, mas a que se dá melhor”, Scalzo (2003) reforça a capacidade das revistas de entreter e, ao mesmo tempo, proporcionar reflexões, com um formato que transita entre o jornal e o livro, “destinar-se a públicos específicos e aprofundar os assuntos – mais que os jornais, menos que os livros” (Ibid., p.19). De acordo com a autora, as revistas cobrem funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias. As revistas “entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (Ibid., p.13).

Apesar de possuir menos informações recentes e pontuais, no sentido clássico da publicação jornalística, e mais informações diversificadas e de interesse pessoal, isso “não quer dizer que [as revistas] não busquem exclusividade no que vão apresentar a seus leitores, ou que não façam jornalismo” (Ibid., p.14). Sendo assim, nas revistas, o ato de informar é acompanhado pela interpretação e pelo aprofundamento das temáticas abordadas, e entre o jornalismo e a análise cultural, o formato se distancia do imediatismo e possibilita a elaboração de leituras plurais da realidade, combinando narrativas, análises e criatividade estética em seus editoriais. E por isso, “dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas. Ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas”, (Ibid., p. 16).

Portanto, ao tornar certos conteúdos mais visíveis do que outros, a veiculação em revistas ajuda a definir o que é reconhecido socialmente como cultura, influenciando modos de ser, pensar e consumir. Essa mediação depende de interesses editoriais e mercadológicos que se cruzam, determinando quais discursos e práticas ganham destaque, e nessa lógica, a cultura pode ser apresentada como um produto de mercado. De acordo com Azubel (2013), “uma revista depende do que a sociedade produz que possa e mereça ser contado em suas páginas. Em suma, as revistas são dotadas de uma autonomia dependente em relação aos espíritos e às culturas que as alimentam” (Ibid., p. 269).

Dessa forma, assim como defendido por Gadini (2009), essas escolhas editoriais contribuem para a construção histórica de cultura, sendo “uma construção contínua, um

campo em disputa marcado pelas mais diversas formas de expressão e materialidades” (p. 36). A partir dessa perspectiva, sob o olhar de Gadini, as revistas podem ser compreendidas como espaços de circulação simbólica, em que as publicações participam ativamente do processo de construção de significados culturais, atravessados por disputas ideológicas, políticas e econômicas.

Um exemplo desse modo expressivo e mediador do gênero pode ser observado na consolidação da revista *Cult*. Desde sua criação, em 1997, o veículo tem se dedicado à análise crítica da cultura e à reflexão intelectual, reunindo pensadores, artistas e jornalistas em torno de pautas que ampliam o debate público sobre assuntos como, arte, política e subjetividades.

2.4 - A revista *Cult*: breve histórico, linha editorial, público e dossiês

Fundada em 1997 em São Paulo, a revista *Cult* produz conteúdos que interpretam diversos temas ligados à cultura e à sociedade – como literatura, cinema, música, teatro, filosofia, psicanálise, sociologia e política. Atualmente, a publicação propõe-se a realizar “um jornalismo que pretende mediar e dinamizar o campo cultural, atuar na formação de públicos e fornecer parâmetros de valor para a interpretação da cultura e da sociedade de nossa época”. É vendida como uma revista com leitores “engajados, que confiam na *Cult* para formar suas opiniões” (CULT, 2025).⁵

A ampliação dos temas e vozes presentes em suas páginas contribuiu para a formação de um público vinculado ao meio acadêmico, além de artistas, pesquisadores e interessados em reflexão cultural. No entanto, em seus primeiros anos, o conteúdo da revista caracterizava-se por uma temática menos diversificada. De acordo com Silva (2021), “a primeira fase da revista, que compreende as edições 1 a 56, tinha, por orientação editorial, abordagem centrada exclusivamente na literatura” (Ibid., p. 10). Foi a partir dos anos 2000 que esse perfil começou a se transformar, com a expansão do campo de interesses da publicação, que passou a abranger outras expressões e dimensões culturais. Silva (2021) observa que a revista trata hoje “não só de sua literatura como expressão máxima da cultura, mas de sua música, arte, geopolítica, de sua arqueologia, de suas histórias e suas revoluções”, complementando que, “de modo bastante sistemático, essa nova pegada se acentua nos Dossiês produzidos a partir dos anos 2002” (Ibid.)

O autor também destaca a preferência editorial por temas ligados a grupos historicamente minorizados, relacionados a questões étnico-raciais, de sexualidade e de

⁵ CULT. **Sobre**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sobre/>.

gênero, por exemplo. Essa ampliação de enfoque acompanha as transformações sociais ocorridas ao longo da trajetória da publicação, redefinindo sua identidade e seu posicionamento no campo cultural. Segundo o autor,

Preocupada com o mundo das palavras, da cultura e da literatura, a *CULT* nasce literária e carrega estampado na capa o compromisso de ser a *Revista Brasileira de Literatura* durante o período em que a Lemos Editora fica à frente da publicação – desde sua fundação, em agosto de 1997, até a edição 56, de março de 2002, quando a Editora 17 (atual Editora Bregantini) compra a revista. A partir desse momento, a *CULT* passa a ater-se, em sentido ampliado, à cultura, tornando-se *Revista Brasileira de Cultura* logo em sua edição 57, de maio de 2002. (SILVA, 2021, p. 14)

Atualmente, a revista transita entre a tradição e a tecnologia, oferecendo assinaturas nas modalidades “Impressa”, “Impressa + Digital” ou “Digital”. Os conteúdos são renovados mensalmente e organizados em dossiês, abrangendo áreas como psicanálise, filosofia, política, cinema, música, feminismo, religião, sociologia, cultura, literatura e artes plásticas. Em 28 anos de atuação, a revista publicou mais de trezentas edições – sendo a mais recente a 326ª edição, que entrevista a psicanalista Vera Iaconelli, com o tema *A psicanálise é uma revolução em si mesma, seu processo é a autoimplosão permanente*, lançada em fevereiro de 2026.

O objeto de estudo, aqui, é um dossiê – termo de origem francesa que significa “arquivo” – integrante da coletânea de repertórios digitais do veículo. Publicado em novembro de 2024, *Sofrimento psíquico no neoliberalismo brasileiro* reúne quatro artigos: *Pós-neoliberalismo?*, do professor de sociologia Daniel Pereira Andrade; *Uma era de crise psíquica*, do filósofo Vladimir Safatle; *Levantar o véu da raça*, das psicanalistas Andréa Máris e Christiane Odete; e *AquilombaSUS: Tecnologia ancestral para a promoção do cuidado em saúde mental no capitalismo ultraneoliberal*, de Tadeu de Paula, Emiliano de Camargo David e Rachel Gouveia Passos. O material permite compreender de que modo um produto jornalístico consegue mediar e dinamizar esse tipo de conteúdo, ainda que a partir de textos redigidos por autores de outras áreas – e, neste caso, a partir de uma perspectiva crítica ao sistema econômico neoliberal.

A coletânea de dossiês digitais da *Cult* inclui outros conteúdos críticos ao neoliberalismo, como na edição subsequente, intitulada *O Lento Cancelamento do Futuro*, que traz à tona o conceito de realismo capitalista, apresentado como sintoma da sociedade neoliberal. Além disso, assim como no dossiê inicialmente escolhido, outras edições estabelecem relações críticas com a psicanálise, como se observa nos mais recentes: *O Falo no Divã* e *Psicanálise e Necropolítica*.



Imagem de capa do dossiê

Fonte: Revista *Cult*, dossiê “Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro” (2024).

Capítulo 3 - NEOLIBERALISMO: ENTRE O ADOECIMENTO E A PRECARIZAÇÃO

Tendo em vista que o neoliberalismo também opera uma colonização das esferas subjetivas, impactando a constituição do sujeito contemporâneo e suas formas de existir, sentir e se relacionar, é fundamental voltar-se aos desdobramentos que esse sistema produz. Entre o adoecimento e a precarização, haveria um assombro melancólico na produção midiática? E como lidar com uma correlação paradoxal entre o sucesso e o fracasso do sistema, em que o fracasso é individualizado e moralizado, enquanto o sucesso se torna obrigação ética? O capítulo relaciona essas questões com o conteúdo do dossiê *Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro*, que questiona se “uma fixidez conceitual de análise não contrastaria com a polimorfia com que o dispositivo neoliberal vem se manifestando na História”⁶. Problematisa ainda, o conceito questionável de liberdade, frequentemente confundido com a simples autonomia de escolha, que encobre novas formas de controle e dependência ao discutir os sintomas da precarização que atravessam as dimensões afetivas e psíquicas dos sujeitos.

3.1 - O adoecimento da subjetividade

Em *O que é um autor?* (1969), transcrição de uma apresentação aos membros da Sociedade Francesa de Filosofia, Foucault questiona a centralidade do sujeito na produção discursiva. A partir da pergunta “que importa quem fala?”, ele desloca o autor da posição de origem e fundamento da obra:

[A escrita] é um jogo de signos comandada menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do significante; ela está sempre em vias de transgredir e de inverter a regularidade que ela aceita e com a qual se movimenta; a escrita se desenrola como um jogo que vai infalivelmente além de suas regras, e passa assim para fora. Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer. (FOUCAULT, 1969, p. 268).

Para Foucault, o autor não é a origem criativa de sentidos, mas uma função que regula os discursos. Essa "função-autor" consiste em definir modos de circulação, atribuição,

⁶ FRANCO, Fábio Luís. Introdução. In: CULT. Sofrimento psíquico no neoliberalismo brasileiro. Revista Cult, São Paulo, nov.24.

delimitação e interpretação dos textos. Ao atuar como um princípio de agrupamento e coerência, ela transcende a obra individual e possibilita o surgimento de novas séries discursivas. Ele utiliza autores como Freud e Marx para exemplificar essa capacidade, considerando que suas respectivas obras originam discursos que ultrapassam suas intenções, criando campos discursivos independentes. Desse modo, a função de autor excede a própria obra, tornando “possível um certo número de diferenças em relação aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses” (Ibid., p.282). Assim, Foucault mostra que o autor é um efeito, uma função de controle e classificação que opera nos discursos. O sujeito, portanto, não funda o sentido: ele é produzido por práticas discursivas históricas.

O entendimento sobre a constituição do sujeito ultrapassa o terreno estritamente discursivo, revelando-se fundamental para a análise de questões políticas, econômicas e clínicas. Esse enfoque é particularmente pertinente para investigar a subjetividade no neoliberalismo, à luz de abordagens que concebem o sujeito para além de uma origem autogerada. Essas análises destacam a consciência de como regimes normativos produzem e moldam as posições que os sujeitos podem ocupar. Em o *Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro*, Safatle (2024) demonstra, no texto *Uma era de crise psíquica - Ao expandir a racionalidade econômica para as esferas da vida privada, o neoliberalismo fez do preço para ser um Eu algo impagável*, que atualmente, abordagens clínicas também são modos historicamente constituídos de organizar e governar o sofrimento.

Na contemporaneidade neoliberal, Safatle analisa como a subjetividade tornou-se o lugar privilegiado de produção de sofrimento psíquico. Para isso, ele coloca em questão a própria natureza das categorias clínicas. Ele pergunta se categorias como “ansiedade”, “histeria”, “transtorno obsessivo-compulsivo” ou “esquizofrenia” são realmente “espécies naturais” ou se são agenciamentos produzidos pelos próprios saberes médicos. Argumenta que o crescimento explosivo das classificações psiquiátricas não reflete maior precisão científica, mas sim a ampliação do campo da vida considerado patológico. O saber psiquiátrico, nessa perspectiva, não apenas descreve o sofrimento, mas o produz, moldando modos de experiência, reconhecimento e identidade.

Se quisermos entender como categorias clínicas e tecnologias de intervenção clínica são construídas, não devemos ter apenas uma perspectiva histórica que mostre o desenvolvimento como algo que parece seguir o ritmo do mero aprofundamento da disciplina e do controle. Precisamos de uma perspectiva agonística que mostre “contra quem” tais regimes de saberes e de intervenção são criados. Qual insubmissão eles tentam calar. Estabelecer essas questões em meio a um Brasil tomado pela ascensão da extrema direita e do fascismo nacional nos parecia algo mais do que uma mera curiosidade intelectual (SAFATLE, 2024, p. 5)

Ao articular essa reflexão com uma análise marxista e lacaniana, Safatle recupera a ideia de que o sofrimento psíquico está ligado a déficits de reconhecimento e compreende o trabalho e as condições materiais como estruturantes das formas de subjetivação, “para fora das ilusões das pretensas determinações a-históricas e atemporais da consciência, ao insistir na ideia de que necessitávamos então de uma análise concreta das configurações atuais do trabalho”. (Ibid., p.5) Assim, ele enfatiza que o sujeito não deseja nem sofre “da mesma forma” dentro e fora do capitalismo, e ainda menos, dentro e fora de sua fase neoliberal. A pressão neoliberal contínua leva ao “caráter insuportável” de ser um “Eu impagável”, em que qualquer falha é internalizada como fracasso pessoal, e além disso, a patologização crescente paralisa a dimensão política do sofrimento, visto que o diagnóstico funciona como forma de autopreservação que imobiliza e neutraliza a revolta social.

Em suma, a subjetividade no neoliberalismo é central, e não desaparece. O sujeito é convocado, de modo incessante, a ser o autor de si mesmo. Ele deve gerir sua vida como uma empresa, performar, produzir, narrar, justificar, administrar e otimizar a si mesmo. No dossiê, Safatle ressalta que apesar de o neoliberalismo prometer autonomia individual, ele produz um ‘Eu’ saturado de exigências impossíveis, condenado a gerir sua própria insuficiência. Aqui reencontramos Foucault: o sujeito como ficção funcional. No neoliberalismo, a função-autor, que em Foucault era restrita ao campo do discurso, torna-se o princípio que governa a existência e o indivíduo deve ocupar a posição de autor, mas sem as condições materiais, afetivas e sociais para sustentá-la.

Somando essas análises, o resultado obtido é um ‘Eu’ dramatizado, fraturado, atravessado por diagnósticos, exaustão, ansiedade e depressão, “a todo momento sob autoavaliação a partir dos vocabulários do rendimento, da performance, de desempenho, da contabilidade, do interesse quantificável em relação à sua própria pessoa”, (p.7). Com isso, Safatle mostra que o neoliberalismo captura, radicaliza e distorce o que Foucault já havia identificado: a ficcionalidade normativa do sujeito.

Pois “empreendedorismo” não é uma forma de liberdade, mas de violência, de eliminação ainda maior de qualquer enraizamento. Não se trata de um modo de produzir riquezas, mas da violência de reduzir toda relação social à figura da concorrência e da competição. Redução de todo outro à condição de um concorrente a ser eliminado. Essa é uma forma de organizar a sociedade a partir da lógica da guerra, de uma guerra infinita na qual nenhuma solidariedade é possível. (SAFATLE, 2024, p. 8)

A crise psíquica analisada por Safatle é, assim, o efeito de um regime que impõe ao sujeito a responsabilidade de ser o fundamento de si, justamente aquilo que Foucault mostrou ser impossível.

3.2 - O assombro melancólico na produção midiática

Após compreender o núcleo político do adoecimento da subjetividade contemporânea, é preciso relacioná-lo com outras dimensões da experiência, incluindo a cultura e os afetos coletivos. E para entender isso, a produção midiática se torna um ponto chave, assim como demonstra Fisher (2018), em *O lento cancelamento do futuro*, ao argumentar que a mesma lógica neoliberal que captura o sujeito também captura as concepções sociais sobre o tempo, principalmente em relação a um passado nostálgico e às perspectivas para o futuro.

A tese também se torna fundamental para compreender, mais uma vez, a capacidade de condições externas e econômicas atingirem as subjetividades dos sujeitos: “não é por acaso que minha fuga (até então bem-sucedida) da depressão coincidiu com uma certa externalização da negatividade: o problema não era (apenas) eu, mas a cultura que me cercava” (p. 57). Assim, Fisher constrói sua argumentação a partir da relação entre suas experiências e as causas externas da época:

Comecei a publicar no meu blog em 2003, ainda em um estado de depressão tão profundo que a vida cotidiana era quase insuportável [...] Agora me é claro que o período de 2003 até o presente será reconhecido – não em um futuro distante, mas muito em breve – como o pior período para a cultura popular desde a década de 1950 (FISHER, 2014, p. 57).⁷

Segundo ele, esse “lento cancelamento do futuro” foi acompanhado por uma deflação das expectativas que não se referem à ausência de acontecimentos históricos, mas à incapacidade cultural de projetar alternativas ao presente, fortemente influenciada por questões e interesses econômicos. Para Fisher, a aceleração tecnológica, a precarização do trabalho e a hegemonia neoliberal não produziram novas promessas de futuro, mas, sim, uma fragmentação da atualidade:

Não é que nada tenha acontecido durante o período em que começou o lento cancelamento do futuro. Pelo contrário, estes trinta anos foram um período de mudanças massivas e traumáticas. No Reino Unido, a eleição de Margaret Thatcher pôs fim aos problemáticos compromissos do chamado consenso social do pós-guerra. O programa político neoliberal de Thatcher foi reforçado por uma

⁷ Tradução livre.

reestruturação transnacional da economia capitalista. A transição para o que se tornou o pós-fordismo – globalização, informatização ubíqua e emprego precário – resultou numa transformação completa da organização do trabalho e do lazer. Entretanto, nos últimos dez ou quinze anos, a internet e a tecnologia de telecomunicações móveis alteraram o tecido da experiência cotidiana de forma irreconhecível. Contudo, ou talvez por causa de tudo isso, existe uma crescente sensação de que a cultura perdeu a capacidade de apreender e articular o presente. Ou talvez, num sentido muito importante, já não exista um presente que possa ser apreendido ou articulado. (FISHER, 2014, p. 33).⁸

Tendo isso em vista, o autor afirma que nos dias de hoje a sociedade sofre com uma sensação difusa em relação a um tempo paralisado, em que o futuro teria sido, de certo modo, “cancelado”, e, ao mesmo tempo, a cultura, sobretudo a midiática, recicla-se de formas já esgotadas. Sendo assim, na contemporaneidade, a cultura popular está assombrada por uma melancolia que se manifesta na incapacidade da mídia, em seus diversos formatos, de produzir novidades. Esse excesso de nostalgia pode ser explicado, já que “a visão relativista de que a intensidade e a inovação estão distribuídas homoganeamente por todos os períodos culturais é problemática”, sendo essa a “tendência de superestimar o passado de forma equivocada que leva a uma maior nostalgia” (Ibid., p. 53).

A repetição fantasmática é um sintoma de um contexto midiático situado no neoliberalismo, que, ao capturar a cultura, produz um ambiente marcado por repetição, impotência criativa, aceleração sem direção e uma nostalgia mercantilizada. Nessas condições, a mídia opera, na prática, em um estado de *revivals*, *remakes* e *reboots*, estetizando a nostalgia e encenando futuros impossíveis. Essa dinâmica pode ser observada de maneira concreta no cenário midiático brasileiro contemporâneo, assim como mostra o estudo *O Brasil e o Audiovisual (2024)*, realizado pelo Grupo Globo. Com a pergunta *Quais são esses possíveis futuros imaginados e desejáveis?*, a pesquisa sugere cinco possíveis respostas⁹. A terceira, *Histórias inovadoramente familiares*, afirma que “diante das incertezas e turbulências, queremos fugir para uma época mais simples, confortável e leve”. De acordo com os dados apresentados, em 2023, a temática de “nostalgia” ganhou as redes sociais, com mais de R\$ 1,7 bilhão de manifestações digitais (9% do total).

Ao indicar a nostalgia como um refúgio desejável diante das incertezas do presente, o estudo converge com a análise de Fisher, considerando o papel da mídia de modelar os sujeitos e audiências, que consomem o passado como conforto, percebem o futuro como fechado e experimentam a cultura como um *déjà-vu* interminável.

⁸ Tradução livre.

⁹ As respostas apontadas pelas pesquisas são: 1- *histórias genuínas*, 2- *histórias a partir de novas perspectivas*, 3- *histórias inovadoramente familiares*, 4- *histórias catalisadas pela tecnologia* e 5 - *histórias da floresta*.

Por que a chegada do capitalismo neoliberal e pós-fordista levou a uma cultura de retrospectiva e pastiche? Talvez possamos aventurar algumas conjecturas provisórias aqui. A primeira diz respeito ao consumo. Será que a destruição da solidariedade e da segurança por parte do capitalismo neoliberal trouxe consigo um anseio compensatório pelo estabelecido e pelo familiar? Outra explicação para a ligação entre o capitalismo tardio e a retrospectiva centra-se na produção. Apesar de toda a retórica da novidade e da inovação, o capitalismo neoliberal privou, gradual mas sistematicamente, os artistas dos recursos necessários para produzir o novo. (FISHER, 2014, p. 40).¹⁰

Recorrendo ao filósofo italiano Franco Berardi, Fisher sugere duas possíveis explicações sobre a relação entre o capitalismo tardio e a retrospectiva (dos indivíduos e projetada pela mídia). A primeira é a de que “a intensidade e a precariedade da cultura do trabalho do capitalismo tardio deixam as pessoas em um estado em que estão simultaneamente exaustas e superestimuladas”. Assim, “a combinação do trabalho precário e das comunicações digitais leva a um déficit de atenção” (Ibid., p. 40). A outra justificativa é baseada na capacidade do capitalismo de restringir a produção midiática criativa. Nessa perspectiva, “apesar toda a retórica da novidade e da inovação, o capitalismo neoliberal privou gradual, mas sistematicamente, os artistas dos recursos necessários para produzir algo novo” (Ibid.).

Com essa análise, Fisher desenha mais uma contradição fundamental do sistema neoliberal, que falha na mesma proporção que promete inovar, destacando seus impactos no meio cultural, atingido por esse “lento cancelamento do futuro”. Em resposta à frase “o pessoal é político”, o autor analisa as condições culturais, estruturais e políticas da subjetividade e conclui que “a maneira mais produtiva de ler ‘o pessoal é político’ é interpretá-la da seguinte forma: o pessoal é impessoal” (Ibid., p.56). Nesse cenário em que a subjetividade já está pressionada pelas exigências incessantes de autorresponsabilidade e desempenho, a cultura se torna apenas o espelho de seu próprio esgotamento. Aqui, “o tempo cultural se dobrou sobre si mesmo, e a sensação de desenvolvimento linear deu lugar a uma estranha simultaneidade” (Ibid., p.34).

Desse modo, o assombro melancólico na produção midiática articula-se de forma eficaz com o adoecimento da subjetividade, ambos desorientados pela captura neoliberal aos modos de imaginar, desejar e existir.

¹⁰ Tradução livre realizada a partir do texto original.

3.3. A correlação de forças entre o sucesso e o fracasso do neoliberalismo - o futuro é ancestral?

Nesse contexto, estabelece-se uma correlação paradoxal entre sucesso e fracasso que estrutura profundamente as formas contemporâneas de subjetivação. Enquanto o sucesso é convertido em obrigação ética permanente, o fracasso é individualizado, moralizado e deslocado do campo das determinações sociais para o da responsabilidade pessoal. Essa dinâmica atravessa os debates reunidos no dossiê analisado, que explora os múltiplos desdobramentos entre a política econômica neoliberal e o adoecimento da subjetividade. No texto *AquilombaSUS: Tecnologia ancestral para a promoção do cuidado em saúde mental no capitalismo ultraneoliberal*, Tadeu de Paula, Emiliano de Camargo David e Rachel Gouveia Passos reforçam que “tudo se tornou, diante do horizonte das catástrofes, saúde mental” (2024, p. 25), evidenciando como o sofrimento psíquico passa a ser simultaneamente efeito estrutural, ainda que problematizado de forma individual.



Imagem de uma manifestação: “Quilombolas do Brasil na defesa do SUS e do aquilombamento da saúde”
Fonte: Revista *Cult*, dossiê “Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro” (2024).

Desse tensionamento emerge a proposição sintetizada no subtítulo *Quando há quilombo em nós, colocamo-nos em relação com o outro para o defrontamento das chaves de dominação*, que aponta para formas coletivas de enfrentamento que desafiam a lógica neoliberal de responsabilização isolada e reabrem o debate sobre as forças que sustentam, ao mesmo tempo, o êxito e o colapso desse sistema. Aqui, “quilombo” chega a assumir outra grafia, com o uso do “k”, porque:

Para a historiadora Beatriz Nascimento, o quilombo ganha o ‘k’ do idioma quimbundo, apostando que a força vital (o axé!) forja deslocamentos subjetivos e concretos, que intervêm na gestão do sofrimento psíquico característico da colonialidade, que promove desagregação cultural, social e subjetiva. Isso porque a continuada aglutinação do quilombo promoveria sentimentos de pertença e retomada de perspectiva comunitária. Quando há quilombo em nós (dimensão subjetiva), colocamo-nos em relação com o outro para o defrontamento das chaves de dominação. (DE PAULA, DAVID E GOUVEIA, 2024, p. 28)

Ao criticar o “devir do ultraneoliberalismo”, o texto defende a possibilidade de um futuro ancestral, “porque as imagens de futuro que o capitalismo nos oferta conduzem a vida à sua saturação” (p. 25). No Brasil, a ancestralidade está materializada e demarcada nos quilombos, espaços comunitários e historicamente marcados pela resistência negra à escravização: “na experiência brasileira, a luta contra esse modelo colonial de dominação e precarização da vida passa substancialmente pelas práticas do quilombo” (p. 27). Sob essa perspectiva, surge a necessidade de uma clínica aquilombada¹¹, que de acordo com os autores, deve ser situada “na tensão entre trauma colonial e ancestralidade” (Ibid., p. 27).

As catástrofes capitalistas, segundo os autores, transformaram a saúde mental em saúde corpórea. Para eles, as violências produzidas pelo sistema estão presentes no meio ambiente, na política, nas desigualdades dos espaços periféricos, nos efeitos do excesso de tela e das redes sociais. Tendo isso em vista, a alternativa ancestral surge em resposta aos danos causados à saúde mental da sociedade contemporânea.

Isso conduz a uma definição de ancestralidade na perspectiva ameríndia e afrodiaspórica e sua relação com a clínica e o cuidado. Os ancestrais, portanto, não se encontram no passado distante, tampouco num futuro inalcançável. Os ancestrais são agentes contemporâneos de uma agência africana no Brasil. O tempo do ancestral não é linear, passado-presente-futuro. É o tempo da encruzilhada. O ancestral, de certo modo, é aquele que venceu a barreira do tempo; imortalizado, ele

¹¹ No texto, o conceito de *clínica do aquilombamento* está situado entre uma tensão estabelecida entre o trauma colonial e a ancestralidade. Para os autores, esse conceito “evoca um exercício de mobilização de forças, uma vez que se sustenta num manancial de experiências concretas de liberdade. Como diria Abdias do Nascimento, quilombo funciona como uma ideia-força” (p. 27).

transita entre passado, presente e futuro. Desse modo, seu tempo é o agora, o contemporâneo como tempo do acontecimento, tempo da abertura, tempo da variação. (DE PAULA, DAVID E GOUVEIA 2004, p. 27).

O ancestral é uma expressão coletiva e não se restringe ao passado: “ancestral, portanto, não é menos um indicativo temporal (o passado) do que um indicativo de um modo (outro modo de vida), tão contemporâneo quanto o modo de vida ultraneoliberal” (Ibid.). Com isso, surge essa proposta de um novo modo de administração do sofrimento psíquico, decolonial e antirracista, porque “se a manicomialização e o racismo são instituições de violência que visam à segregação e à desumanização através de um *continuum* característico da colonialidade da razão”, em contrapartida, “o quilombo, por sua vez, se apresenta enquanto energia (ideia-força) de vida”, sendo configurado com base na ‘mobilização coletiva, propondo outras formas de organização/relação de liberdade humana’”. (Ibid., p. 27).

Sendo assim, integrando a luta antimanicomial, surge a proposta do *AquilombaSUS*, uma “dimensão ético-política, cultural, social e estética produtora de um outro modo de fazer e pensar saúde mental” (p. 28). O aquilombamento, realizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), prioriza práticas de escuta e acolhimento, respeitando as raízes culturais e raciais.

Se, por um lado, o ultraneoliberalismo amplia o sucateamento, a privatização, a terceirização e impõe instituições conservadoras e neofascistas, como as comunidades terapêuticas, por outro, a rebeldia ancestral segue insistindo na defesa da liberdade, na coletividade e no acolhimento, resgatando o que sempre fizemos por aqui em terras afropindorâmicas: (re)existência. (DE PAULA, DAVID E GOUVEIA, 2024, p. 28)

A possibilidade de um futuro ancestral, tal como o que foi formulado em *AquilombaSUS*, é um ponto de convergência decisivo com a crítica ao neoliberalismo. Como observa Marilena Chauí (2019), o neoliberalismo não se limita a uma racionalidade econômica, mas opera como um regime de gestão do tempo histórico, produzindo um presente esvaziado de passado e destituído de projeto de futuro. Para a filósofa, o neoliberalismo pode ser entendido como uma nova forma de totalitarismo, em que uma de suas consequências é que “a dimensão planetária da forma econômica neoliberal faz com que não exista um ‘fora’ do capitalismo, uma alteridade possível, levando à ideia do encerramento de uma história e, portanto, à diluição de uma ideia centrada nas transformações e na utopia:

A crença na inexistência da alteridade é fortalecida pelas tecnologias de informação, que reduzem o espaço ao aqui, sem geografia e sem topologia (tudo se passa na tela plana como se fosse o mundo) e ao agora, sem passado e sem futuro, portanto sem história (tudo se reduz a um presente sem profundidade). Volátil e efêmera, nossa

experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente vivido como instante fugaz. (CHAUÍ, 2019, p. 3).

Com a crença nesse “fim da história”, o ‘agora’ é percebido, assim, como algo efêmero, volátil, administrado por essa lógica que rompe os vínculos com a memória coletiva e bloqueia a imaginação de alternativas ao capitalismo, em contraposição às cosmologias afro-diaspóricas e ameríndias mobilizadas por De Paula, David e Gouveia no dossiê. Por isso, na *Cult*, a noção de ancestralidade adquire uma potência política, que reinsere o presente em uma temporalidade longa, não linear, marcada pela continuidade histórica dos modos de vida e pela coexistência entre passado, presente e futuro. O tempo ancestral, entendido como tempo da encruzilhada e do acontecimento, restitui a densidade histórica ao presente e rompe com a lógica de saturação temporal imposta pelo capitalismo ultraneoliberal, criticado por Chauí. Desta forma, o ancestral se torna parte de um movimento anti-totalitário. Se, como aponta Chauí, o totalitarismo é “a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores” (2019, p. 2), a retomada ancestral surge como afirmação da multiplicidade de outros modos de existir, valorizando as formas comunitárias de produção do comum e outras relações possíveis entre o indivíduo, a coletividade, a natureza e a percepção temporal.

Trata-se, portanto, de uma valorização da resistência, com saberes, práticas e valores historicamente negados e/ou apagados pela colonização e pelos interesses do mercado capitalista neoliberal. Assim como elabora a autora, uma utopia nasce da recusa do intolerável no presente e se constrói na práxis humana. “É a visão do presente sob o modo da angústia, da crise, da injustiça, do mal, da corrupção e da rapina, do pauperismo e da fome, da força dos privilégios e das carências, ou seja, o presente como violência nua” (p. 4). Dessa forma, ao considerar que outras formas de vida são possíveis, o futuro ancestral pode ser uma utopia que rompe com o fatalismo desejado pelo sistema neoliberal.

3.4. A intimidade corrompida pelo sofrimento e o conceito questionável de liberdade

Dunker (2017) afirma que o sofrimento humano é algo que depende de três condições, sendo elas: “a narrativa na qual [o sujeito] está inserido; os atos de reconhecimento que fixam sua causa e a transitividade que o torna uma experiência coletiva e indeterminada” (p. 11). Ao focar na primeira condição, é possível observar que o sofrimento inconsciente não é algo que está distante do sujeito, e sim, no cotidiano, e ao mesmo tempo, o que se acredita ser

“mais íntimo, mais particular” é o que está mais distante do sujeito, como afirmou o autor em uma roda de conversa sobre o livro *A reinvenção da intimidade* (2017).

Se o sofrimento psíquico do sujeito é projetado para fora de si, quando ele recusa a se reconhecer como parte constitutiva de sua experiência, a intimidade se torna dependente da indeterminação. Na prática, de acordo com Dunker, o sofrimento é resultado do descompasso entre a realidade vivida e as promessas socialmente construídas.

Isso quer dizer que a forma como contamos, justificamos e partilhamos nosso sofrimento está sujeita a uma dinâmica de poder. O poder dos opressores, o poder das vítimas, o poder dos indiferentes e até mesmo o poder da indiferença ao poder. O poder gerado por quem pode reconhecer o sofrimento e de quem esperamos legitimidade, dignidade ou atenção, seja esse alguém o Estado ou o ordenamento jurídico e suas políticas públicas, sejam as imagens do médico, do padre, do doutor ou do policial, sejam ainda aqueles com quem compartilhamos a vida cotidiana e, mais ainda, aqueles a quem amamos.” (DUNKER, 2017, p. 12).

Dessa forma, Dunker evidencia que o sofrimento é uma experiência íntima, mas também um fenômeno atravessado por relações sociais, institucionais e simbólicas. Com isso, a escuta do sofrimento psíquico é influenciada pelas posições de poder ocupadas pelos sujeitos, e “determinar os limites entre a experiência produtiva e a experiência improdutiva de sofrimento, no curso desta gramática de contrários, requer a apreciação das transformações pelas quais o Brasil passou em seus últimos vinte anos”, principalmente em relação aos “modos de subjetivação e de individualização, uma vez que o sofrimento parece ser covariante de seus afetos hegemônicos.” (Ibid., p. 16).

No contexto mencionado, a escuta do sofrimento se tornou parte dessa conversão da vida psíquica em objeto de gestão. Em *Escuta do sofrimento psíquico no neoliberalismo brasileiro: Levantar o véu da raça*, texto presente no dossiê, Guerra e Matozinho (2024), apontam como essa lógica opera racialmente no Brasil, transformando, por exemplo, o corpo da mulher negra em um lugar privilegiado de expropriação, gozo e consumo. Por isso, surge a necessidade de outras formas clínicas de interpretar o sofrimento psíquico contemporâneo.

Há muitas maneiras de se ler o sofrimento psíquico e de intervir sobre ele. A escuta clínica tem a ver com o modo como essa leitura se realiza numa prática discursiva. Até nosso século, a perspectiva global de construção diagnóstica era tomada por unívoca e universal, asséptica e apolítica. Qualquer dissidência mental patológica ou qualquer modo diverso de ocupar um corpo eram classificados no rol das exceções locais – particulares de um genérico universal comum. (GUERRA, MATOZINHO 2024, p. 21).

Dessa forma, as autoras defendem uma escuta que considera as violências produzidas pela colonialidade, pelo racismo estrutural, sobretudo no contexto neoliberal, em que o

“colonialismo foi cooptado pelo capitalismo em uma lógica racista e sexista, que fez perpetuar a dominação colonial em uma estrutura denegatória que caracteriza o ‘racismo à brasileira’”. (Ibid., p. 21). O termo, criado pelo antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga, explica que “no Brasil, a instituição da escravidão e a negação estatal, societária e individual da responsabilidade por sua manutenção engendraram uma lógica própria do racismo” (MUNANGA apud GUERRA; MATOZINHO, 2024, p. 23). Do ponto de vista da psicanálise, o ‘racismo à brasileira’ é marcado “pela projeção defensiva do preconceito e pelo desejo inconsciente de apagamento da diferença, o que deixa sequelas na ambiguidade com que o racismo é tratado no país” (Ibid.). O conceito demonstra, assim como elaborado por Dunker, como o sofrimento psíquico, no Brasil neoliberal, tende a ser vivenciado de modo individualizado.

Assim, se a intimidade está atravessada pelo sofrimento, e a escuta desse sofrimento ainda enfrenta dificuldades para caminhar em posição contrária aos discursos dominantes, os sujeitos (principalmente os marginalizados socialmente, como a abordagem antirracista demonstra) permanecem aprisionados de forma individualizada, mas em escala coletiva. Para “levantar o véu da raça”, torna-se necessário entender o sofrimento íntimo, que converge com a crítica a um regime discursivo gerador de sofrimento que interdita o encontro com a história e com a alteridade, visto que, “sob a égide do discurso do capitalista, uma suposta passagem da colonialidade ao liberalismo não existiu, mas se maquiou sob estratégias simbólicas de dominação, não operando nenhum rompimento”. (Ibid. p. 22).

Nessas condições, a noção de liberdade do ponto de vista neoliberal mostra-se problemática, pois é uma racionalidade política que propaga uma falsa concepção de autonomia individual, que desconsidera os condicionamentos sociais, simbólicos e históricos que estruturam as possibilidades de existência. Desse modo, a crença nessa falsa liberdade tende a mascarar mecanismos de dominação, ao mesmo tempo em que captura a intimidade e desloca para o sujeito a responsabilidade por um sofrimento que é, consideravelmente, produzido socialmente. Nesse cenário, quando “gozar de um corpo como mercadoria se encontra na base econômica e simbólica de um modo de laço social”, a clínica deixa de ser apenas um espaço privado e “se torna a própria política para sua transformação”, como aponta Lacan, ao afirmar que, na sociedade de consumo, “o sinal da verdade está agora em outro lugar”, sendo produzido por aqueles que “são eles próprios produtos, consumíveis tanto quanto os outros” (Ibid., p.24). Tal lógica evidencia que o sofrimento não pode ser compreendido fora das relações de poder que o produzem.

3.5. Os sintomas da precarização

Em *Pós-neoliberalismo?*, Andrade (2024) questiona o prefixo usualmente empregado para situar os tempos atuais. De acordo com o autor, há uma dificuldade conceitual acerca do que é o neoliberalismo em si mesmo. Ao concebê-lo como uma racionalidade política, na esteira de Dardot e Laval (2016), Andrade sustenta que “a resposta a todas essas questões passa por um único ponto: é preciso acompanhar seus desenvolvimentos históricos e, na medida em que a História não é uma ciência dedutiva, evitar a tentação de futurologia que modelos econômicos ou teorias deterministas da História podem oferecer” (p. 12).

Ao analisar tais desenvolvimentos históricos, o autor observa que o mercado, no atual estágio do capitalismo, é tomado como um princípio normativo que produz dois efeitos: “o ganho de eficiência dos sistemas sociais e a moralização dos comportamentos”, os quais incentivam “virtudes como iniciativa empreendedora, sentido de trabalho bem-feito, esforço pessoal, gestão dos riscos, provisão de futuro, autoaperfeiçoamento e responsabilização individual” (Ibid., p. 12). Esse princípio normativo guarda relação direta com a desigualdade, elemento tido como essencial ao funcionamento do mercado: “a desigualdade, portanto, é algo positivo e desejado, que só seria evitado por aqueles perdedores que pretendem ganhar mais do que merecem, fraudando a justiça de mercado” (Ibid.).

Sob essa racionalidade, o neoliberalismo atua estrategicamente na construção jurídica e institucional de mercados blindados em relação às demandas da democracia de massa, as quais passam a ser percebidas, do ponto de vista do senso comum, como ameaças ao lucro e ao desempenho do mercado. Nesse sentido, Andrade assinala:

A ameaça à concorrência é vista como algo que deriva das reivindicações de justiça social e igualdade redistributiva, mas não necessariamente dos monopólios e oligopólios. (...) Os monopólios só se manteriam indefinidamente se o Estado atuasse para tal, sendo, portanto, preferível o monopólio privado ao estatal, e mesmo à regulação pública do monopólio. (ANDRADE, 2024, p. 13).

Com um Estado que opera à semelhança de uma empresa – e não de forma mínima, como propunha o liberalismo clássico –, as percepções políticas e sociais são disseminadas sem qualquer distinção em relação às lógicas econômicas: tudo se torna *business*. Andrade identifica nesse processo o que denomina “economização”, isto é, a “introdução da lógica do mercado em esferas da vida (pública ou privada) fora do próprio mercado” (p. 14). Aliada a

políticas industriais e ao desenvolvimentismo, essa dinâmica exige que o processo de neoliberalização seja capaz de provocar questionamentos “de maneira mais ampla, se estamos efetivamente vivenciando a emergência de uma nova racionalidade política que reorganizará a existência social em torno de novos objetivos e normas de vida” (p. 16).

Em um contexto social fundado nessa lógica de mercado, blindado das demandas da democracia de massa e com interferência direta em esferas da vida dos sujeitos, a precarização não se reduz a um mero efeito colateral: constitui-se também como suporte da nova governamentalidade. Como afirma Lorey (2012), trata-se de uma forma de governar que “não presta mais que uma garantia mínima e ameaça pela tática da incerteza” (p. 14). Cabe perguntar, então: como compreender a experiência de viver em uma sociedade neoliberal? Quais são os limites entre essas esferas da vida, sejam elas públicas ou privadas?

Essa incerteza, característica das novas formas de precarização, pode ser interpretada como um dos sintomas do sujeito moderno. Considera-se que sintoma, de um ponto de vista genérico, “admite tanto o sentido de experiência de sofrimento (sintomas transitórios), como o sentido de signo de um processo patológico (sintomas típicos)”, além de incluir “o sentido de mal-estar ainda não reconhecido ou nomeado coletivamente (sintomas individuais)” (DUNKER, 2011, p. 116). Para o psicanalista, diagnosticar não consiste em classificar ou enquadrar um caso em uma categoria preestabelecida, mas sim em reconstruir uma forma de vida. Tal conceito revela-se central para contextualizar e reposicionar o histórico diagnóstico da psicanálise. Uma forma de vida pode ser definida “tanto pela negatividade que a constitui como pelas formações de recomposição, unidade ou identidade que lhe são características” (p. 117), o que “é possível propor um diagnóstico social que inclua tanto formas de sintoma, como modalidades de sofrimento e de mal-estar” (Ibid.).

Ao compreender a psicanálise como campo de estudo da experiência, Dunker retoma as múltiplas leituras do diagnóstico histórico da modernidade, seja como perda da experiência, seja como experiência da perda. A primeira forma de leitura diagnóstica, inaugurada por Freud, “consiste em sincronizar as experiências particulares de negatividade e de não identidade, que marcam a constituição do sujeito, com experiências universais, que descrevem a gênese lógica do sujeito, dos grupos, das massas e da civilização” (p. 123). Desse modo, a psicanálise, embora centrada na constituição subjetiva, revela-se indissociável das determinações sociais e simbólicas.

Considerando que a precarização incide diretamente sobre os modos de subjetivação e sobre a relação do sujeito consigo mesmo, o resultado seria, na confluência entre teorias sociais e analíticas, uma “técnica mais sofisticada de sujeição, diante da própria produtividade

do poder, igualmente abrindo canais de habilitação” (LOREY apud WASSER, 2016, p. 368). Nesse estágio de submissão, o indivíduo é convocado a adaptar-se e a otimizar sua própria existência, ainda que inserido em um cenário estruturalmente instável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho revelou a importância da conscientização sobre a política (ou racionalidade) econômica em ascensão no mundo contemporâneo. Essa conscientização diz respeito à busca pelo rompimento com a narrativa individualizante do sofrimento, em contraposição à neutralização das demandas coletivas, tal como opera o sistema neoliberal. Mostrou-se igualmente relevante para compreender a capacidade da mídia na sociedade e sua relação com as dinâmicas de poder, bem como o modo como isso se manifesta em escolhas editoriais, considerando o exercício do jornalismo e da comunicação em um mundo globalizado, individualista e movido majoritariamente por interesses de mercado.

No entanto, a elaboração deste material enfrentou alguns desafios. O primeiro deles consistiu no planejamento e na seleção do referencial teórico. Ao iniciar a investigação, havia a expectativa de centralidade em determinados autores e abordagens; porém, ao longo do processo, o próprio objeto de pesquisa exigiu deslocamentos teóricos, levando à incorporação mais intensa de autores que, inicialmente, não ocupavam posição central. Esse movimento demandou constante reorganização do percurso teórico e metodológico. Outro desafio relevante foi definir o nível de aprofundamento necessário em cada campo mobilizado pela pesquisa. Por se tratar de um diálogo entre áreas teóricas complexas e nem sempre consensuais, como a economia política e a psicanálise, tornou-se necessário estabelecer recortes. A pluralidade de interpretações, especialmente nesses campos, impôs o desafio de selecionar quais formulações seriam privilegiadas.

Em relação às hipóteses confirmadas, destaca-se a relevância da abordagem midiática do tema, uma vez que a análise evidenciou a importância de compreender tais fenômenos não apenas em sua dimensão estrutural ou econômica, mas também em seus efeitos subjetivos. Nesse sentido, a pesquisa reafirmou a centralidade de uma leitura mais profunda e complexa do papel da mídia, capaz de articular processos sociais amplos às experiências singulares dos sujeitos.

A realização do trabalho proporcionou diversos aprendizados que ultrapassam os limites do objeto (dossiê) investigado. Um dos principais foi compreender a importância de escrever, relacionar e organizar conteúdos teóricos que muitas vezes não são associados entre si. Ao colocar em diálogo áreas distintas, como a economia política, a psicanálise e os estudos da mídia, a pesquisa evidenciou o potencial analítico que emerge da aproximação entre

diferentes perspectivas, ampliando a compreensão de fenômenos contemporâneos complexos, mas que guardam entre si uma ligação prática.

A pesquisa também permitiu aprofundar o entendimento de que decisões, discursos e transformações estruturais não produzem efeitos apenas no plano material ou institucional, mas incidem de maneira significativa sobre os modos de sentir, pensar e se relacionar dos sujeitos. Essa constatação torna-se especialmente relevante no contexto atual, marcado pela intensificação de discursos midiáticos que naturalizam a precarização e a responsabilização individual.

Além disso, o trabalho contribuiu para uma análise mais atenta dos comportamentos sociais e dos modos de vida contemporâneos, considerando o papel da mídia tanto na reprodução quanto na problematização dessas formas de existência. A pesquisa evidenciou como os discursos midiáticos podem reforçar determinados padrões de conduta, valores e expectativas, frequentemente alinhados à lógica neoliberal, ao mesmo tempo em que, em alguns casos, abrem espaço para questionamentos e deslocamentos críticos, como no caso da revista *Cult*.

A realização do estudo representa muito mais do que a conclusão formal de uma etapa acadêmica: sintetiza um percurso de formação intelectual, política e ética construído ao longo da graduação. Ao escolher investigar o sofrimento psíquico no contexto do neoliberalismo brasileiro, não se delimitou apenas um objeto de pesquisa, mas também uma posição crítica diante da realidade social contemporânea e do futuro exercício do jornalismo.

O trabalho simboliza a valorização da análise crítica, que considera a complexidade dos fenômenos sociais e recusa explicações simplificadas. A pesquisa exigiu o enfrentamento de teorias densas, a articulação entre campos distintos do conhecimento e a disposição para sustentar perguntas incômodas sobre o presente. Nesse sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso representa um exercício de maturidade intelectual. Ademais, no que diz respeito ao posicionamento pessoal e ético, o material se conecta diretamente aos interesses por cultura e política, entendidas aqui como dimensões inseparáveis da experiência social.

A análise do sofrimento psíquico sob a racionalidade neoliberal evidenciou, de forma contundente, como determinadas formas de organização econômica e discursiva atravessam a vida cotidiana, moldam modos de existência e produzem impactos profundos sobre os sujeitos. Compreender esses processos reforçou a importância de uma atuação profissional comprometida com a escuta, com a contextualização dos fatos e com a recusa da naturalização da dor e da precarização da vida social e humana. Reafirmou também a convicção de que o jornalismo não se limita à transmissão de informações, mas envolve

escolhas éticas, enquadramentos discursivos e responsabilidades sociais, ressaltando a importância de estar atento às dimensões estruturais dos fenômenos e sensível às experiências subjetivas.

As elaborações aqui apresentadas não oferecem respostas definitivas, nem encerram um processo. Marcam, antes, o início de uma postura questionadora, crítica e investigativa, almejada ao longo da atuação profissional. Por isso, o estudo representa um compromisso com a crítica e com a responsabilidade social do conhecimento. No atual contexto brasileiro, pesquisar sobre esse tema em uma universidade federal significa recusar a indiferença. Este TCC torna-se, assim, expressão de um percurso que articula formação acadêmica, consciência política e um projeto profissional orientado pelo desejo de compreender e intervir, de forma ética e crítica, na realidade social.

REFERÊNCIAS

- AZUBEL, Larissa. **Jornalismo de revista: um olhar complexo**. Rumores, v. 7, n. 13, p. 257-274, jan./jun. 2013.
- BRANAS, C. C. et al. **The impact of economic austerity and prosperity events on suicide in Greece: a 30-year interrupted time-series analysis**. *BMJ Open*, v. 5, n. 1, e005619, 2015. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/5/1/e005619>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BROWN, Wendy. **Pesadelo americano: neoliberalismo, neoconservadorismo e des-democratização**. Cadernos de Educação, ano 68, seção Artigos, publicado em 18 nov. 2024.
- CARVALHO, Laura. **Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. **Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo**. A Terra é Redonda, 06 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>
- CHAUÍ, Marilena. **O totalitarismo neoliberal**. Anacronismo e Irrupción, v. 10, n. 18, p. 12–29, maio–out. 2020.
- CULT. **Sofrimento psíquico no neoliberalismo brasileiro**. *Revista Cult*, São Paulo, 2024.
- CULT. **Sobre**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sobre/>. Acesso em: 4 nov. 2025.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 1. ed., 2016.
- DE PAULA, Tadeu; DAVID, Emiliano; GOUVEIA, Rachel. **AquilombaSUS: tecnologia ancestral para a promoção do cuidado em saúde mental no capitalismo ultraneoliberal**. In: **Sofrimento Psíquico no Neoliberalismo Brasileiro**. *Revista Cult*, 2024.
- DIAS, Marina. **“Não se assustem se alguém pedir o AI-5”, diz Guedes**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 26 nov. 2019, edição 33.109.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **A reinvenção da intimidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 115–136, 2011.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FISHER, Mark. **Fantasmas de mi vida: escritos sobre la depresión, la hauntología y los futuros perdidos**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como o sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta – e o que podemos fazer para mudar isso.** Tradução de Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses cruzados: a produção da cultura no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Paulus, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Giachini, Enio Paulo. 2. 2017, p.17, p.38. Vozes, Petrópolis: 128.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2023.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 318.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre.** São Paulo: Nova Fronteira, 2008.

LEAL, Carlos Alberto Salim. **A indústria cultural como instrumento da hegemonia do neoliberalismo e as perspectivas de contra-hegemonia.** 2006. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. p. 47.

MORAES, Dênis de. (2010). **Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci.** Revista Debates, 4(1), 54. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>

MORAES, Dênis de. **Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo.** Blog da Boitempo, 17 jul. 2013.

PALACIOS, A. R. J. **As marcas na pele, as marcas no texto. Sentidos de tempo, juventude e saúde na publicidade de cosméticos em revistas femininas durante a década de 90.** 2004. (Tese de Doutorado). Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

SAFATLE, Vladimir. **A era de crise psíquica fabricada.** Outras Palavras, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/era-de-crise-psiquica-fabricada/>

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Orgs). **Neoliberalismo como sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** São Paulo : Contexto, 2021.

SINTONIA COM A SOCIEDADE (Grupo Globo). **O Brasil e o Audiovisual: desvendando o país.** Gente, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://gente.globo.com/estudo-o-brasil-e-o-audiovisual/>

SLATER, Don. **Cultura do consumo e modernidade.** Rio de Janeiro: Nobel, 2001.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.** São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SOUZA, R. B. R. de . Jornalismo, hegemonia e produção de sentido: : a maquinaria informacional em estudo. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/ci.v24.65930. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/65930>. Acesso em: 1 ago. 2025.

WASSER, Nicolas. **Vidas precárias entre normalização e movimentação.** Sociologias, [S. l.], v. 18, n. 41, p. 364-373, 2016. Resenha de: LOREY, Isabell. *Die Regierung der Prekären [O governo dos precários]*. Wien: Turia + Kant, 2012; London: Verso, 2014.

WATKINS, J. et al. **Effects of health and social care spending constraints on mortality in England: a time trend analysis.** *BMJ Open*, v. 7, n. 11, e017722, 2017. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/7/11/e017722> . Acesso em: 10 jul. 2025.